

074ª SESSÃO ORDINÁRIA – 19AGO2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O Sr. Adamastor Humberto Pereira, representando a Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar da divulgação da importância do trabalho desenvolvido pela entidade.

O SR. ADAMASTOR HUMBERTO PEREIRA: Boa-tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, vou tomar alguns minutos do tempo dos senhores para apresentar alguns dados da nossa campanha, que foi instituída na minha gestão já há quatro anos para apresentar alguns resultados para os senhores. Essa campanha mantém-se em circulação, é uma campanha da Sociedade Brasileira de Cirurgia Vascular e trata-se de uma mudança de paradigma em relação à atuação da nossa sociedade. Como os senhores sabem, as sociedades médicas atuam fundamentalmente em reuniões científicas, simpósios, congressos e, nessa gestão, nós começamos a pensar nessa campanha e ocorreu, então, uma mudança de paradigma, isto é, a Sociedade se voltando a informar a população sobre as principais doenças vasculares, como preveni-las, como tratar os casos mais simples, evitando, assim, as cirurgias complexas. Nós sabemos que os recursos para a Saúde são finitos e que a importância muito grande da prevenção das doenças vasculares.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ADAMASTOR HUMBERTO PEREIRA: Quanto às necessidades: esclarecer a população em geral e posicionar a Sociedade Brasileira de Cirurgia Vascular. O objetivo é orientar a população quanto à prevalência, a importância e a prevenção como abordagem

ideal e informar sobre o papel do cirurgião vascular, estimulando o autocuidado e a responsabilidade individual na prevenção das doenças vasculares.

Algumas ações que já foram desenvolvidas como os senhores estão vendo listadas ali, nós vamos ver cada uma delas e, mais recentemente, a instituição da Semana Municipal da Saúde Vascular, que a Sociedade agradece a esta Casa. A Caminhada pela Circulação, que ocorreu em 2010, e, depois, foi expandida para vários Estados do País, portanto, essa campanha, que nasceu no Rio Grande do Sul, se expandiu e está sendo abraçada pela Sociedade Brasileira do Cirurgião Vascular; o Dia V do Cirurgião Vascular, a Semana da Saúde Vascular e agora, finalmente, a Semana Municipal do Cirurgião Vascular com um projeto de lei, como nós veremos a seguir. A Semana Estadual é uma proposição do Deputado Gerson Burlon, é uma ideia que nasceu junto com o nosso Secretário Estadual da Saúde, Dr. Simony, que já estabeleceu a Semana Estadual de Saúde Vascular no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Finalmente, a Semana Municipal da Saúde Vascular, que é uma proposição, uma iniciativa do Ver. Márcio Bins Ely e que propôs a SMSauV no Município de Porto Alegre. Aqui está a abertura oficial da semana estadual, com o Secretário da Saúde e a Diretoria da Sociedade Brasileira de Cirurgia Vascular, foram realizados, na Assembléia Legislativa, exames de ecodoppler. Nós sabemos que hoje que a ecografia das carótidas é o exame mais sensível para a detecção das doenças vasculares como um todo, inclusive do enfarto agudo do miocárdio, um exame simples, não invasivo e que todas as pessoas acima dos 50 anos deveriam fazer, pelo menos, uma vez. Aqui o nosso bate-papo coordenado pela jornalista Tania Carvalho, no Plenarinho, foi muito frutífero, nós pretendemos, segundo a organização da nossa Diretoria, mudar um pouco o perfil desse encontro para o próximo ano. E finalmente a certificação das empresas conscientes e multiplicadoras da saúde vascular: Viação Ouro e Prata, Grupo RBS e CDL. O Agosto Azul, os que tiveram oportunidade de ver o nosso Gasômetro iluminado de azul, muito bonito, é uma imagem muito bonita, dessa campanha participou a Carris, tanto com cartazes como com adesivos nos ônibus; os nossos patrocinadores, como vocês estão vendo, incluída a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Nós queremos deixar aqui, em nome da Sociedade Brasileira de Cirurgia Vascular, de sua Diretoria, um agradecimento especial à Câmara de Vereadores, na pessoa do Ver. Márcio Bins Ely, que foi o grande protagonista desta lei. Muito obrigado aos senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Quero aqui, Dr. Adamastor, cumprimentar a Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular do Rio Grande do Sul, em nome da Bancada do PDT, deste Vereador e dos Vereadores Christopher Goulart, Nereu D'Avila, Luiza Neves, Mario Fraga, Delegado Cleiton e Cláudio Janta, por este belo trabalho muito bem divulgado; a toda sua equipe, na pessoa da Sra. Luciana Franco, que lhe acompanha. Cumprimento pelo belo desempenho no sentido de sensibilizar e dar divulgação à sociedade porto-alegrense, em especial, a respeito dos cuidados com a questão vascular tanto no que diz respeito a varizes como trombozes, aneurismas. E quero agradecer, em nome da Câmara, agradecer a oportunidade, nessa parceria com a Sociedade, de termos aprovado o Dia Municipal do Cirurgião Vascular e a Semana Municipal de Saúde Vascular – nós também tínhamos feito uma articulação na Assembleia no sentido de fazer em nível estadual. Para nós é uma honra poder incluir no Calendário Oficial do Município esse importante momento a ser destacado no ano, para que as pessoas se atentem a essas situações que, muitas vezes, é na prevenção que se evita um dano maior. Ficam aqui os cumprimentos da Bancada do PDT por esse brilhante trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Queria cumprimentar o Dr. Adamastor, e vou levar meu pronunciamento para o lado pessoal, porque tenho histórias de atendimento, pelo senhor, de familiares meus, amigos que tiveram problemas, mas que, felizmente, se salvaram. Esse problema é muito sério e acho que este destaque servirá para as pessoas se familiarizarem com essa questão, que é muito séria, e, às vezes, de difícil diagnóstico.

Então, temos contar com bons profissionais para nos auxiliar numa hora dessas. Parabéns, e eu apoio o projeto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu quero dar as boas-vindas ao Dr. Adamastor Humberto Pereira, que vem aqui nos dar informações importantes para a nossa vida. Eu devo dizer, Dr. Adamastor, que os guris aqui – de 50 anos! – realmente precisam fazer o ecodoppler de carótida. Eu já fiz dois: o primeiro foi zero; o segundo já tinha alguns detalhes que indicaram medicação. O meu médico, Dr. Oscar Martins, é muito cuidadoso, então realmente é extremamente importante. Só quem não pode usar isso aí são as meninas, porque todas têm muito menos do que 50 anos! Todas elas! Eu quero também cumprimentar o Ver. Márcio Bins Ely pela grande oportunidade, porque nós temos que defender a vida, e um médico como V. Exa. é comprometido com a vida, ou seja, com a saúde e não com a doença. Seja muito bem-vindo, em nome do Ver. Guilherme Socias Villela – que está em licença médica –, da Ver.^a Mônica Leal e em meu nome, e muito obrigado pelas informações importantes para a nossa saúde e para a nossa vida.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Dr. Adamastor, que aqui representa a Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vasculare, nós queremos, em nome da Bancada do PTB, dos Vereadores Cassio Trogildo, Paulo Brum, Alceu Brasinha e deste Vereador, trazer a nossa palavra de parabenização pelo trabalho que a Sociedade tem realizado nas mais diversas áreas da medicina, especialmente em angiologia e cirurgia vascular, e pela atuação no sentido de zelar pelo cumprimento do Código de Ética Médica nas áreas da medicina, no desenvolvimento e aprimoramento de pesquisas na área de produção científica. O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, neste momento, vem dizer

que é parceiro nas ações que eventualmente tramitarem nesta Casa, projetos de lei, e estamos à disposição para debater. Parabenizamos pelo trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Quero cumprimentá-lo, Dr. Adamastor, seja bem-vindo, e, na sua pessoa, a todas as pessoas que compõem a Sociedade Brasileira de Cirurgia Vascular. Quero fazer o registro que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, dos Vereadores Alberto Kopittke, Marcelo Sgarbossa, Eng^o Comassetto, Mauro Pinheiro e desta Vereadora, tem o maior respeito pela especialidade, pela ação médica, pela importância médica. É um debate bastante agudo na sociedade brasileira esse tema e, em nenhum momento é um desconhecimento das reivindicações, das pautas, da força da classe médica e da importância estratégica, ao contrário, nós entendemos que esse trabalho, de vida ou morte, que vai desde a questão preventiva, tem uma dramaticidade, uma tensão diária, no caso, do cirurgião, em especial dessa área, que possui uma cobrança de condições, de estrutura, mas nós reconhecemos como algo, hoje, a ser visto como uma política estratégica à saúde do brasileiro. Uma política estratégica não pode ser centrada no ato médico, tem que ser centrada na colaboração da equipe, centrada, de fato, na colocação da saúde como algo prioritário no Brasil. Essa luta é toda nesse sentido. Como, agora, os *royalties* do petróleo que nós, da Educação, concedemos uma parte para a Saúde com a prioridade, sim, de abrir mais universidades, equipá-las, e reconhecer que a luta dos nossos médicos e de suas entidades, como da sociedade brasileira, não seja uma luta que lute contra o estresse, contra o fracasso por conta de falta de condições ou de valorização, ou de trabalho preventivo, que vemos muito na sua fala e nessa ação da Sociedade. Parabéns, é nesse contexto que nós parabenizamos a entidade, o Dia do Cirurgião e colocamos a nossa Bancada e o nosso Partido à disposição dessa luta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Em nome da Bancada do PCdoB, do Ver. João Derly e desta Vereadora, e do Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, Ver. Paulo Brum, eu, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e como profissional da Saúde, farmacêutica, quero dar, Dr. Adamastor, em primeiro lugar, os cumprimentos à Sociedade Brasileira da Angiologia e Cirurgia Vasculuar e ao Ver. Márcio Bins Ely que, numa articulação política com a Sociedade, traz a possibilidade de a cidade de Porto Alegre ter um dia de conscientização em relação às demandas e enfermidades oriundas do processo cardiovascular. Eu achei muito interessante no ponto de vista: o que é, causas e fatores de risco, como detectar e a prevenção e tratamento. Com esse conteúdo ela tem a potencialidade de contribuir, e muito, inclusive no Sistema Único de Saúde para que possamos fazer a prevenção e termos a população, através do processo preventivo, com mais saúde, evitando, não só no ponto de vista econômico, mas no ponto de vista social e da qualidade de vida, muitas mortes na nossa Cidade. Eu acho que é uma iniciativa que deve se estender ao Estado do Rio Grande do Sul também, talvez os senhores já estejam encaminhando perante a Assembleia Legislativa, até para que se possa trabalhar no conjunto do Estado, tendo como exemplo a Câmara Municipal de Porto Alegre. Então, eu queria cumprimentar e colocar, com o acordo do Ver. Paulo Brum, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente à disposição para que possamos, no próximo ano, ter essa participação junto com vocês, efetivando, além desta Casa, através de uma de suas Comissões Permanentes, um trabalho que vai envolver a Sociedade, o Sistema Único de Saúde, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e esta Câmara Municipal. Mas, de toda maneira, se o senhor me permite, quem fez cirurgia vascular aos 23 anos – fiz uma safenectomia depois do meu quarto parto –, quero lembrar aqui uma figura, um professor da Faculdade de Medicina da UFRGS, de onde eu sou oriunda como funcionária pública, que foi uma figura do Rio Grande do Sul que teve um protagonismo nacional, inclusive, um grande cirurgião vascular e que muito contribuiu: o Dr. Loreno Bentrano. Eu queria, neste momento, fazer esta homenagem a um professor da Faculdade de Medicina que foi um médico que muitas vidas salvou, inclusive a minha, no sentido de garantir que eu pudesse chegar, graças a Deus, a esta idade em que estou

sem problemas vasculares que, sem dúvida, eu teria mais tarde. Então, saudando o Dr. Loreno Bentrano, saudoso médico que se dedicou muito a essa área, saúdo a todos os profissionais médicos e os da Saúde, que garantem, com legislações como essa e com a sua atuação, como o senhor hoje aqui, a todos aqueles que buscam garantir a saúde e a qualidade de vida para o povo brasileiro.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Ver. Bernadino Vendruscolo, eu quero saudar o Dr. Adamastor Humberto Pereira, representante da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular – Regional do Rio Grande do Sul, não só pela sua presença aqui na Casa, o que nos dá grande satisfação em poder recebê-lo, mas, sobretudo, pela ação da entidade por ele presidida e pelo entusiasmo com que ele dirige essa entidade e pugna pela causa que a entidade representa. Preocupação com as varizes, com a trombose, com o aneurisma, com as artérias, a cada momento que passa aumenta a consciência da relevância e da importância dessa parte da Medicina. Uma vez, um colega seu, me explicando os problemas que a idade me acumulou, me perguntando quanto tempo duravam os canos que eu tinha na minha residência, eu lembrei que, de dois em dois, anos surge um problema, um cano qualquer desses fura, que era de cobre e tem que ser substituído agora por um material novo que o plástico trouxe, e aí fiquei em dúvida para responder. Ele disse: “Não precisa me responder, tu estás com algumas preocupações porque tu tens uns caninhos que conduzem o sangue e que já estão com alguns anos de uso, e isso, eventualmente, pode ocasionar algumas obstruções”. Felizmente não era tão grave como me parecia, mas passei a me preocupar. Posteriormente, convivendo com algumas pessoas que tiveram problemas sérios, entre os quais alguns clientes do senhor, muito meus amigos, meus queridíssimos amigos, eu fiquei definitivamente convencido da relevância da tarefa que vocês fazem para preservar a vida e a qualidade de vida.

Então, neste dia em que o senhor nos dá o prazer da sua presença aqui, Dr. Adamastor, o art. 6 da nossa Lei Orgânica Municipal cumpre por inteiro a sua finalidade, que é de

transformar essa tribuna e este plenário num local ajustado para que as grandes causas sejam saudadas, festejadas, e, sobretudo, estimuladas. Evidentemente que esta Casa, com toda certeza na sua integralidade, vai somar-se ao senhor, à sua entidade, para que as recomendações que aqui são trazidas, especialmente no dia em que se festeja a Lei nº 11.415, dia 17 do presente ano – assim estabelecido pela legislação –, possam, definitivamente, integrar na sua causa, na sua luta e no seu trabalho. Nada mais fizemos do que somar com aqueles que pugnam pela vida e pela qualidade de vida. Meu abraço e a minha saudação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa-tarde, Sr. Presidente; boa-tarde, Dr. Adamastor. Eu saúdo o senhor e lhe dou os parabéns porque a cirurgia vascular tem salvado vidas. A cada dia que passa a gente vê a importância, o que nos leva a ter o maior respeito por cirurgiões que fazem essa correria nos hospitais para salvar vidas, para não deixar sequelas; muitas vezes não se consegue salvar, mas evitam muitas... Não salvam porque, às vezes, não tem como, mas, muitas vezes, salvam com sequelas, e com a cirurgia – que está nas suas mãos e nas mãos de Deus – as pessoas continuam suas vidas.

Eu quero dar os parabéns, em nome da Bancada do PSB – do meu Líder Aírto Ferronato, que está com problemas de saúde, espero que volte logo, assim como do nosso Ver. Villela –, ao nosso Ver. Márcio Bins Ely, e dizer para o senhor que estamos à disposição. A Bancada do PSB, assim como os 36 Vereadores desta Casa, está sempre à disposição. Agradeço ao senhor por ter nos proporcionado essa aula de cirurgia vascular, que para nós é muito importante. Espero que o senhor venha mais vezes aqui. Um abraço, doutor.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Dr. Adamastor, a Mesa Diretora lhe agradece e agradece a iniciativa do Ver. Márcio Bins Ely.

O Sr. Adamastor Humberto Pereira está com a palavra para as considerações finais.

O SR. ADAMASTOR HUMBERTO PEREIRA: Agradeço as palavras elogiosas. É importante o apoio desta Casa a esse tipo de campanha, especialmente de prevenção; não custa nada, basta esforço físico, um pouquinho de suor, gastar um pouquinho do tempo nessa campanha.

Para encerrar, eu gostaria de, na figura do Ver. Márcio Bins Ely, homenagear esta Casa e entregar esta Placa em homenagem à aprovação da Lei Municipal da Semana da Saúde Vascular.

(Não revisado pelo orador.)

(Procede-se à entrega da Placa.)

O SR. PAULO BRUM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações, tendo em vista a homenagem à Semana Municipal da Pessoa com deficiência, e porque os convidados já estão presentes. Após, retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, nos termos do Requerimento nº 132/13, de autoria do Ver. Paulo Brum, Processo nº 2147/13.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Raul Cohen, Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social; o Sr. Unirio Bernardi, Presidente da APAE de Porto

Alegre; o Sr. Guacir de Llano Bueno, Presidente da Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências do Estado do Rio Grande do Sul.

O Ver. Paulo Brum, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Sr. Raul Cohen, amigo, Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social; Sr. Unirio Bernardi, querido amigo, Presidente da APAE de Porto Alegre; o Sr. Guacir de Llano Bueno, amigo, Presidente da Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências do Estado do Rio Grande do Sul, sejam todos bem-vindos. Presentes também a Diretora Viviane Loss e a Professora Ana Cláudia Rodrigues, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Eliseu Paglioli; o Cláudio Pizzato, da Federação Nacional das APAEs; a Lúcia Centena, da Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul; a Mariléa Pinheiro Fabião, Adriana Fabião Borralho, Angela Lucias Farina e Joacir Silveira, da APAE de Porto Alegre; demais senhores e senhoras.

A Semana Municipal da Pessoa com Deficiência foi instituída em 14 de julho de 1997, na minha primeira passagem como Vereador de Porto Alegre; portanto, tive a felicidade de ser o autor da Lei que instituiu a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, que vai do dia 21 ao dia 28 de agosto. Também comemoramos, nesta data, a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência e a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência.

Aproveitamos este espaço para fazermos uma reflexão das conquistas, das lutas, das dificuldades, enfim, que uma pessoa com deficiência enfrenta no seu dia a dia. Peço para fazer também um retrospecto da minha luta, pois ela se mistura com toda essa luta que as pessoas fazem na busca da sua inclusão.

Como Vereador, exerço meu quarto mandato e exerci dois mandatos como Deputado Estadual, com especial atenção e dedicação às pessoas com deficiência. Minha luta permanente é o desafio da inclusão, tomando iniciativas concretas e propondo leis que deem oportunidades a todos se capacitarem para o convívio e a participação social. A experiência tem demonstrado que, na maioria das vezes, é a sociedade que determina as consequências de uma deficiência sobre a vida cotidiana de uma pessoa. Para alcançarmos os objetivos de igualdade e participação, não bastam medidas de

reabilitação voltadas para a pessoa com deficiência, mas, sim, a conscientização da sociedade na busca da plena inclusão social. O deficiente fica abandonado à invalidez quando lhe são negados os meios de que dispõe em geral a comunidade, que são necessários para os aspectos fundamentais da vida. É preciso abrir espaço para os debates e trocas de experiências. Acreditar nas possibilidades do ser humano é uma condição essencial para a cidadania.

Minha história de vida se reinicia após um acidente de carro há 36 anos, que me deixou em uma cadeira de rodas. Aí se iniciou a minha luta na busca da minha inclusão social, que se mistura com a luta do movimento que congrega as pessoas com deficiência, que foram às ruas e escreveram uma história de conquistas. A Constituição Federal de 1988, que nós, pessoas com deficiência, ajudamos a escrever, foi um grande e importantíssimo marco em nossas vidas, pois foi a partir da sua promulgação que foram respeitados os nossos direitos e foram escritos os nossos deveres, a conquista da nossa cidadania. Antes da Constituição de 1988, éramos, pessoas com deficiência, considerados cidadãos de segunda classe, tanto que o nosso voto era facultativo.

A partir daí vieram as leis, as responsabilidades, as obrigações dos governos Federal, Estadual e Municipal, executando ações e oferecendo mecanismos que oportunizaram a nossa inclusão.

Tive a honra, por delegação do povo da nossa cidade de Porto Alegre, em especial dos meus irmãos com deficiência e seus familiares, de ser eleito três vezes Vereador desta Cidade; duas vezes, Deputado Estadual; e, agora, novamente eleito para o meu quarto mandato como Vereador. A partir de 1995, quando assumi o meu primeiro mandato como Vereador, dediquei-me a legislar em favor das pessoas com deficiência, tanto que a maioria das leis vigentes na cidade de Porto Alegre é de minha autoria, ou teve minha participação direta na sua elaboração.

Quando assumi esta Casa, eu era carregado escada acima – nem elevador nós tínhamos aqui na nossa Câmara; muitas e muitas vezes, tive que subir pela rampa com guarda-chuva para não me molhar. E assim eu fiquei dois anos lutando para conseguir colocar um elevador nesta Casa.

A única ação de acessibilidade que nós tínhamos no Município de Porto Alegre era o rebaixamento de meio-fio de calçada em frente aos supermercados; não era para nós, era para os carrinhos de supermercados.

Começamos uma luta, implantamos mecanismos, sensibilizamos a nossa Casa, mobilizamos o Executivo e passamos a transformar a nossa Porto Alegre.

Quero citar algumas Leis que passaram pelo meu Gabinete: Lei que institui o passe livre para pessoas com deficiência e seus acompanhantes no Município de Porto Alegre – corrige-me o nosso Secretário, eu acho que já são quase 50 mil atendimentos na nossa Capital; Lei que instituiu, no âmbito do Município de Porto Alegre, a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência; Lei que obriga os hotéis e motéis, no Município de Porto Alegre, a adaptarem suas instalações; Lei que obriga os estabelecimentos comerciais, bares, restaurantes e congêneres a adaptarem, no mínimo, um banheiro para as pessoas com deficiência; Lei que dispõe sobre vagas para veículos que transportam pessoas com deficiência em estacionamentos públicos e privados da nossa Capital, bem como a isenção do pagamento na Área Azul da nossa Cidade; Lei que isenta o pagamento do transporte coletivo aos portadores do vírus da Aids; Lei que torna obrigatória a implantação de dispositivos sonoros dos semáforos de pedestres para auxiliar a travessia dos cidadãos cegos; Lei que determina que o transporte coletivo de Porto Alegre seja adaptado, garantia do direito de ir e vir. São essas e muitas outras que, tenho certeza, têm facilitado a vida dos meus irmãos.

Como Deputado Estadual, em meus dois mandatos, tive a honra e a oportunidade de aprovar leis importantes que beneficiam os gaúchos com deficiência: Lei que institui o passe livre para pessoas com deficiência e seus acompanhantes nos ônibus intermunicipais; Programa Estadual de fornecimento de cadeira de rodas de alta qualidade às pessoas que necessitarem; Lei que obriga a todos os ônibus da Região Metropolitana serem adaptados para o transporte de pessoas com deficiência; e uma Emenda Constitucional à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo promover a acessibilidade nos Municípios do nosso Estado.

Também tive a honra de participar do primeiro Governo do Prefeito José Fortunati como Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, Secretaria que foi proposta por mim e aceita sua criação pelo Prefeito José Fogaça no ano de 2005. Como Secretário e com a participação essencial desta Casa – e aproveito para agradecer a todas as Vereadoras e a todos os Vereadores – aprovamos o primeiro Plano Diretor de Acessibilidade do País, Lei esta que estabelece as diretrizes para uma cidade acessível.

E também aprovamos a Lei que transformou a Secretaria Especial em Secretaria Municipal de Acessibilidade, hoje com o nosso Secretário Raul Cohen.

Também como Secretário tive a oportunidade de realizar uma ação importantíssima, querido amigo Secretário, que foi o de levar o atendimento direto às pessoas com deficiência física que são atendidos lá na Secretaria, onde essas pessoas podem encaminhar o passe livre municipal e também o intermunicipal.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, Ver. Paulo Brum. Para que V. Exa. possa respirar e também para poder contribuir com esta homenagem, que é muito correta e muito necessária, faço este registro na nossa Sessão. Cumprimento o Secretário Municipal de Acessibilidade, o Dr. Raul; o Sr. Unirio, Presidente da APAE, que é o símbolo da luta, desde os primórdios, do enfrentamento da necessária atenção e atendimento em todas políticas para pessoas com deficiência e continua lutando para que reconheçam que ela é um espaço essencial e um espaço, sim, de inclusão; cumprimento também o Guacir de Llano Bueno, que preside a Associação dos Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiência. Ver. Paulo Brum, na semana passada, esta Casa instituiu a Semana da Inclusão Escolar; são duas semanas na sequência, dedicadas à inclusão – e cumprimento os professores e as professoras das escolas especiais, em especial os da Eliseu Paglioli, que, nesta semana, está de aniversário. Todos esses esforços são ainda insuficientes, por isso são necessários esses momentos, essas marcas, porque a sociedade ainda é uniformizadora, trabalha ainda para o padrão, para a massa, é lenta nas transformações estruturais, culturais, físicas e nas políticas públicas, para trabalhar com a idéia de que todos têm direitos, sendo do jeito que são. Então, que esta semana levante de novo este alerta, tire as leis do papel. Hoje, nós votaremos uma Emenda a uma Lei, simbolicamente, inclusive, para marcar essas duas semanas, que é uma Emenda singela a uma lei que já existe há vários anos – acredito que é do Ver. Professor Garcia, dos brinquedos adaptados nas praças, não lembro direito –, que é uma lei que não saiu do papel, e nós estamos ampliando para que ela incida sobre as pracinhas, os *playgrounds* das escolas. Nós queremos que as crianças e os adolescentes com deficiência sejam olhados com direito à cultura. Como eles vão ao cinema, ao teatro, como é a acessibilidade, como é que vão ao banheiro em todos esses lugares? Como andam na Cidade? Como, na escola, vão

pág. 13

brincar, também, como outras crianças, andar no gira-gira, no escorregador, no balanço? Então, são questões que são emblemáticas da alteração de uma sociedade que só será democrática plenamente quando for assim, quando tratar todos como seres com direitos iguais de ir e vir e de se desenvolver na sua máxima potencialidade. Então, parabéns pela sua luta e por registrar aqui, neste plenário, a Semana da Pessoa com Deficiência.

O Sr. Elizandro Sabino: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Hoje inicia-se a Semana Municipal de Pessoa com Deficiência, e há um projeto de autoria do Ver. Paulo Brum, que começou a semana, na parte da manhã, trazendo a sua valiosa contribuição, conosco, na Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e hoje, justamente por se tratar da Semana de Pessoas com Deficiência, contamos com a colaboração do Ver. Paulo Brum, que nos trouxe essa temática num cenário, num painel a respeito das evoluções legais em nível de legislação municipal e também enfrentando as necessidades, as carências em nível municipal, para que possamos, como legisladores, implementar políticas públicas voltadas para a área de crianças e adolescentes com deficiência. Ver. Paulo Brum, em nome da Bancada do PTB, da qual V. Exa. faz parte, eu quero, em nome do Ver. Cassio Trogildo – nosso Líder –, do Ver. Alceu Brasinha e em meu nome parabenizar V. Exa. pela luta e pela garra. Há poucos dias, com a minha esposa, eu assistia ao programa Trajetória, no qual V. Exa. contava a sua história de vida, e é possível ver que V. Exa., engajado e atuante neste trabalho, é, realmente, um preconizador de um trabalho que precisa de pessoas com um olhar voltado de forma efetiva, como V. Exa., que já foi Deputado e hoje honra esta Casa com sua presença, o faz. Portanto, parabéns por hoje podermos estar aqui neste momento tão importante de homenagem à Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. Parabéns pelo seu trabalho e para todos que aqui estão que militam nessa área, uma área tão importante e tão necessitada do olhar desta Casa Legislativa.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereador.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, Ver. Bernardino; Ver. Paulo Brum. (Saúda os componentes da Mesa e demais

presentes.) Eu gostaria de saudar todos os senhores que aqui nos brindam com esta Semana maravilhosa e, principalmente, o proponente desta Semana em homenagem aos deficientes. Eu gostaria de fazer um registro como mulher, como mãe, como filha que anda por essas ruas de Porto Alegre e que acompanha a vida complicada que já é para as pessoas que têm essa possibilidade de ir e vir sem nenhuma dificuldade. É extremamente importante a sua luta, o seu trabalho. Nós sabemos o quanto se faz necessária essa dedicação pelo direito de ir e vir e pela acessibilidade com segurança. Parabéns em nome do Ver. João Carlos Nedel e do Ver. Socias Villela. Eu gostaria de deixar o registro da bancada Progressista. Persistam, não desistam nunca e contem com o nosso apoio. Parabéns.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereadora.

O Sr. Paulinho Motorista: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa-tarde, Sr. Presidente e demais representantes da Mesa. Quero dar os parabéns ao Ver. Paulo Brum, Presidente da COSMAM, da qual faço parte. Com certeza, tem de haver mais rigor nas leis. Tenho visto coisas que, às vezes, não acredito! Outro dia, fiquei sabendo que um cidadão chegou num estacionamento para deficientes e colocou seu carro ali mesmo sabendo que era exclusivo para deficientes. Uma senhora deficiente chegou para colocar seu carro, e não tinha como. Ela acionou a Brigada e a EPTC, e a EPTC chegou e tirou o carro do cidadão. Esse cidadão, no outro dia, voltou ao local só para esvaziar os pneus da senhora deficiente. Quando ela quis sair no carro, viu que os quatro pneus estavam no chão, vazios. Isso é inadmissível! Apesar de tudo, tem de haver respeito com as pessoas, sendo ou não deficientes. Inclusive, na questão da deficiência, vejo muito, quando ando em Porto Alegre, o camarada chegar e dizer que não quer saber, que vai colocar o carro ali e pronto, pois paga IPVA, paga imposto. Mas não é assim, isso não pode acontecer, a pessoa tem de ter respeito com o ser humano.

Mais uma vez, quero dar os parabéns ao Ver. Paulo Brum e dizer que a bancada do PSB, do meu Líder, Airto Ferronato, estará sempre à disposição para ajudar no que for necessário. Agradeço a vocês por estarem aqui. Um abraço a todos.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Ver. Paulo Brum, quero registrar que também está presente à Mesa o Sr. Cleo Danilo Jaques, Diretor Administrativo da Associação de Assistência à Criança Deficiente. Seja bem-vindo a esta Casa.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cumprimento o Ver. Paulo Brum pela iniciativa de homenagear a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. Trago a V. Exa. um abraço fraterno da nossa Bancada, a Bancada do PDT, integrada pelos Vereadores Dr. Thiago, Presidente; Ver. Nereu D'Avila, Márcio Bins Ely, Luiza Neves, Mario Fraga, Delegado Cleiton, Cláudio Janta e Christopher Goulart.

Realmente, é muito importante que possamos destacar, no calendário do Município, o momento em que ações possam ser coordenadas e organizadas no sentido de dar visibilidade a essa questão da priorização de políticas públicas para as pessoas portadoras de deficiência. Eu acompanhava aqui, Secretário, o empenho do Ver. Paulo Brum e da Bancada do PTB no sentido de aprovar uma emenda ao Plano Plurianual garantindo que fossem feitas rampas de acessibilidade a cada ano durante os próximos quatro anos, a preocupação e o empenho que tem o Vereador com esta pauta.

Quero reiterar aqui que o nosso Governo tem o compromisso com as políticas públicas, evidenciado na criação da Secretaria Municipal de Acessibilidade. Há um ditado que diz que um gesto vale mais do que mil palavras. Então o gesto de criar a Secretaria viabiliza e visualiza, na sua execução, nessa criação, a priorização de políticas públicas para essa pauta específica.

Quero cumprimentar aqui o Vereador pela iniciativa de fazer esta homenagem e saudar todos que, de uma forma ou de outra, têm colaborado com as entidades, com pessoas das mais diversas áreas. Nós, lá no Lar Santo Antônio, temos os neurolesionados com lesão severa ou profunda, e quem não tem alguém na sua entidade? Há a própria obra do Rotary, que é a SPAAN, com os nossos idosos, e também com alguns portadores de deficiência. Saúdo todos que, de uma forma ou de outra, têm colaborado com a nossa sociedade nesse tema, e ao Ver. Paulo Brum, pela iniciativa, fica o nosso reconhecimento da Bancada do PDT. Muito obrigado.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereador.

A Sra. Séfora Mota: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Qualquer Tipo de Deficiência. Boa-tarde a todos. Eu quero parabenizar a todos, principalmente o Vereador por esta proposição, por esta Semana – uma Semana muito importante – e dizer que é o meu primeiro mandato. Eu estou começando, engatinhando na vida política e já senti a necessidade tão grande de não só levantar essa bandeira, mas de trabalhar por essas pessoas, porque são pessoas que, infelizmente, às vezes estão tapadas, estão escondidas. E a gente vê no dia a dia o que é o sofrimento das pessoas que têm deficiência e não têm um tratamento ou adequações que precisam ter para sua mobilidade e sua dignidade. Há também a questão do acompanhamento dessas famílias. Eu sempre digo: a gente fala muito em inclusão, mas a gente tem que incluir os diferentes, respeitando as suas diferenças, porque elas existem, mas temos que estar preparados. Eu tenho um carinho muito grande pelo Secretário Raul Cohen, que conheci este ano e aprendi a admirar. Eu sei que ele tem um olhar todo diferenciado para essa questão da acessibilidade e para a questão do tratamento para as pessoas com deficiência. Parabéns, conte comigo nessa luta, sou parceira, quero aprender muito contigo, porque sei que estás há muito tempo nessa luta.

A gente precisa levantar não só a bandeira, mas promover políticas públicas, ações eficazes e tirar os deficientes da invisibilidade, porque deficiência não tem nada a ver com ineficiência. Eles precisam ser olhados como pessoas capazes, receberem estímulos. Toda a sociedade precisa realmente incluí-los. Acessibilidade não se refere só à questão de rampas; nós precisamos mudar a nossa visão para conseguir realmente que essas pessoas desenvolvam a sua capacidade. Muito obrigada; parabéns pela iniciativa!

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereadora.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Em nome da nossa Bancada, PSD, queremos participar desta justa homenagem. Parabéns! A gente está sempre conversando. Sr. Presidente, eu quero cumprimentar também toda a

Mesa. Eu tenho um Projeto já sancionado pelo Governo, um Projeto sobre sinalização tátil para toda a Cidade, acessibilidade para todos os deficientes, para que tenham tranquilidade de ir e vir nesta Cidade, de andar pela Cidade sem que nada possa interromper a sua viagem, principalmente se forem cadeirantes, deficientes visuais; para todos os deficientes. Eu acho que a cidade é para todos, a acessibilidade da cidade tem que ser para voltada para todos. Então, seria uma demagogia muito barata, o que faz com que a Cidade, principalmente, a cidade de Porto Alegre, a nossa capital maravilhosa... Paulo, conte com a nossa Bancada. Há três anos, estive aqui o goleiro do Fluminense, o Paulo Vitor, no Estádio do Grêmio, que está à frente da questão acessibilidade. Fui lá e fiquei conhecendo muitos projetos maravilhosos que, eu tenho certeza, vocês vão trazer para a cidade de Porto Alegre, antes da Copa do Mundo. Obrigado.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereador, um abraço ao nosso querido amigo Cleo Danilo Jaques, nosso Diretor Administrativo da AACD, a qual comemora 13 anos de existência aqui na nossa querida Porto Alegre. Um abraço também ao Juliano Bernardes, defensor nacional das APAEs, seja bem-vindo. Sr. Presidente, eu pensei que já tinha feito a minha parte, mas, por delegação, novamente, dos meus irmãos com deficiência, estou aqui no meu 4º mandato. Aproveitei para apresentar mais seis projetos de lei, que, se aprovados, tenho a plena certeza que irão ainda melhorar a qualidade de vida dos meus irmãos. E falo neles: projeto que dispõe sobre o fornecimento gratuito e obrigatório de fraldas descartáveis para pessoas com deficiência física e idosos. Eu sei que o Ministério Público já vem atuando o Município a esse respeito, e por que não nós estendermos esse meio para que as pessoas deficientes possam ser beneficiadas? Projeto que cria o Programa Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão, para a identificação, o mapeamento e o cadastramento do perfil socioeconômico das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Porto Alegre. Projeto que dispõe sobre a previsibilidade de multas a quem utilizar as vagas reservadas para veículos que transportam pessoas com deficiência em estacionamento de locais de uso público ou de uso privado. Eu sei que o meu Secretário já estará lançando uma campanha para conscientizar os nossos motoristas sobre as vagas destinadas. Isso não é um privilégio, mas um meio de poder facilitar a vida de um cidadão que utiliza uma cadeira de rodas porque tem a sua mobilidade prejudicada. Parabéns, Secretário. Contém comigo, mas eu

pág. 18

quero multar. Eu quero que aquele cidadão receba o prejuízo no seu bolso porque somente assim essa vaga realmente será respeitada. Mas parabênizo V. Exa. pelo empenho. Projeto que institui o Dia de Combate as Barreiras às Pessoas com Deficiência no Município de Porto Alegre. Projeto que assegura às pessoas com deficiência o pagamento da meia-entrada em estabelecimentos culturais, esportivos, de lazer e entretenimento no Município de Porto Alegre. Cel. Guacir, lembro que tanto o estádio Beira-Rio quanto o Estádio Olímpico forneciam gratuitamente o ingresso às pessoas com deficiência nas suas dependências. A Arena já não dispõe mais disso. Temos que pagar para entrar. Com o nosso Beira-Rio reformulado, com certeza, também vamos ter que pagar para entrar. Por isso, já existe um movimento nacional. Pelo menos com a meia-entrada nós poderemos possibilitar que o cidadão com deficiência – que a gente sabe ganha muito pouco porque tem as suas dificuldades para enfrentar o seu dia a dia – possa ter o direito de frequentar uma Arena, um Beira-Rio.

Agora, meu Secretário, em especial peço a atenção de V. Exa. sobre um projeto que institui, no Município de Porto Alegre, o serviço de transporte coletivo acessível Disque Atendimento Porta a Porta para o transporte de pessoas com deficiência que, devido à complexidade de sua deficiência, não podem utilizar o transporte coletivo adaptado e convencional. É um sistema que nós não estamos inventando. Outras capitais já possuem esse tipo de atendimento: São Paulo, há mais de dez anos, enfim, Rio, Curitiba, Belo Horizonte. Diversos Municípios do País já detêm esse sistema de transporte. Nós trouxemos, portanto, a discussão para esta Casa, para que o Legislativo se manifeste. Queremos contar já com a sensibilidade de V. Exa., porque tenho plena certeza de que o nosso Prefeito José Fortunati já está sensível a essa nossa proposição. Também aprovamos recentemente a Resolução que concede o troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à nossa AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente, pelos relevantes serviços prestados à Cidade e à comunidade gaúcha em relação ao atendimento das pessoas com deficiência física, principalmente crianças. Também, meu caro Presidente da APAE de Porto Alegre, amigo Unirio Bernardi, aprovamos uma Moção de Apoio à luta das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em defesa da Escola Especial para as Crianças com Deficiência Intelectual, aprovada por este Plenário. Acho que já chegou às mãos de Vossa Senhoria.

O Sr. João Derly: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.). Tive o prazer de conhecer o Sr. Cleo Danilo Jaques, Diretor da AACD, há pouco tempo, juntamente com o Ver. Paulo Brum, quando estivemos comemorando o 13º aniversário da AACD do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em nome do PCdoB, meu e da Ver.^a Jussara Cony, venho cumprimentar a iniciativa do Ver. Paulo Brum, lutando sempre pelas pessoas que têm deficiência. Há necessidade de termos políticas verdadeiras para a acessibilidade.

Aqui na própria Câmara enfrentamos esse problema, pela falta de elevadores. Hoje eu chegava com a minha esposa e com a minha filhinha. Ela me perguntou como faz quem tem deficiência ou é um cadeirante para subir. Eu falei que precisa procurar um elevador – há todo um processo. Nas galerias não encontramos locais específicos para quem é cadeirante. Precisamos, sim, ter um cuidado, realmente lutar por essa causa, porque quem enfrenta esse problema... Eu passei por algumas cirurgias, quando era atleta, e quando eu tinha necessidade de acessibilidade, tinha que enfrentar escadarias às vezes, e era um problema terrível. Aí começávamos realmente a refletir sobre a necessidade de se ter acessibilidade em vários locais. Nós estivemos comentando um com o outro sobre, justamente, o Beira-Rio e o Olímpico, que eram gratuitos a deficientes e, hoje, a Arena do Grêmio cobra a entrada de portadores de deficiência.

Então, fica esse cuidado nosso, estamos aqui para ajudar. Eu tive, agora, aprovada uma emenda no PPA, destinando uma verba para atletas paraolímpicos, que é de extrema importância, porque conheço vários atletas que reencontraram a vida através da atividade física, através do esporte. Então, é um local que podemos incentivar muito, e eu creio que pode trazer grandes benefícios a muitos outros atletas do futuro. Obrigado.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Paulo Brum, preciso esclarecer que a Lei dos Brinquedos Adaptados é do Ver. Waldir Canal. E quero deixar já para as entidades aqui a coletânea que foi feita em 2011, da legislação relativa aos direitos da criança e do adolescente, onde está o decreto que regulamenta essa lei. Mas nós também temos, Ver. Paulo Brum, o caderno da legislação das pessoas com deficiência, que esta Casa fez naquele ano, só que não sei se há exemplares ainda. E já fica a demanda aqui, Vereador-Presidente, para que seja reeditada.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereadora. Sr. Presidente, só para registrar que se fazem presentes entre nós a Diretora Viviane Loss, da Escola Municipal do Ensino Fundamental Eliseu Paglioli, e a Prof.^a Ana Cláudia Rodrigues. Elas vêm, enfim, convidar esta Casa, porque a Escola Eliseu Paglioli completa 25 anos de existência e é a primeira escola especial do município de Porto Alegre. Aproveitamos para fazer esse registro e convidar a todos para, no dia 22 agosto, participar das atividades em comemoração ao aniversário da escola a partir da 15h. Professores, obrigado pela presença.

Sr. Presidente e demais amigos presentes, portanto, penso que fizemos esse registro em comemoração a nossa Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, que se inicia, agora, no dia 21 de agosto, parece que a abertura – depois o Secretário vai se pronunciar – será no dia 21, no Auditório do Ministério Público. Depois, V. Exa. terá a oportunidade de falar sobre as comemorações da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância. Saúde e paz a todos nós. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): V. Exa., Ver. Paulo Brum, tem a legitimidade na proposta dessas ações.

O Ver. Professor Garcia está com a palavra em Comunicações, por transposição de tempo com o Ver. Dr. Thiago.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Vereador Paulo Brum, quero parabenizá-lo por trazer a Casa esta homenagem, para que os Vereadores de Porto Alegre possam homenagear a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. É um tema por demais importante e latente.

Há pouco, a Ver.^a Sofia falou sobre a questão das APAEs, o Ver. Paulo Brum, sobre a Moção, e Unirio, sabemos da luta que as APAEs têm no Brasil inteiro, e é importante, e eu sempre digo que a inclusão do Governo Federal é uma exclusão. E este é um tema que temos que discutir sim, porque, muitas vezes, no sentido de querer incluir, coloca-se todos juntos, pulverizando, e muitos vão ficar, na realidade, excluídos. E temos essa

preocupação, e não é de hoje, assumimos várias vezes essa posição. Muitas vezes, o tipo de inclusão é uma falácia. Já colocamos, por exemplo, sobre a questão dos surdos, que inclui todos.

Já tivemos várias experiências, e a maioria dos professores não conhecem a linguagem de libras, os funcionários não estão preparados. Então o que fazem? Ficam dois, três alunos em uma escola e, na realidade, eles acabam sendo excluídos, são vítimas de *bullying* – uma palavra do momento, mas que sempre ocorreu. Então por que não agregá-los? Eles se sentem bem e são felizes. Porque, na realidade, o que nós, seres humanos, buscamos é isto: a felicidade dos nossos irmãos; senão não tem sentido a vida. E isso é muito importante.

Essa luta da APAE, que é uma luta nacional, tem que sensibilizar, sim, mas é importante que nós também comecemos a fazer essa campanha para que o Governo Federal não faça essa verdadeira heresia. O Governo Federal poderia discutir a questão das idades, porque é um outro absurdo a questão dos 21 anos. Muitas vezes, não se pode tratar com idade cronológica quem tem uma idade mental diferenciada. Isso é uma função social e o Governo, sim, tem que abrigá-los por toda a vida. E essa discussão não se faz. Vocês sabem quantas vezes já recebemos pessoas aqui no gabinete que dizem: “E agora que o meu filho fez 21 anos, como é que eu vou fazer? Ele vai para onde?” A mãe que trabalha vai ter que largar o emprego? E, se não largar o emprego, vai deixar aquela criança sozinha? Ela fica na rua, é vitimizada, maltratada. E aí? Ela envolvi. Então são situações que nós temos que, cada vez mais, estar atentos.

Quero parabenizar o Jaques pelo brilhante trabalho que tem feito lá na AACD. Não pude ir, Jaques, e te mandei até um recado, porque nós tínhamos aqui o Plano Plurianual, então não pude ir ao aniversário, mas estive lá na época do pedágio. Eu acho que, cada vez mais, essa questão da acessibilidade tem que ser discutida num âmbito maior, porque hoje o Brasil tem 25% da sua população acima de 60 anos. Os idosos também se tornam deficientes, têm as suas limitações, e nós temos que trabalhar mais para que os espaços públicos tenham esse espaço, seja num simples banheiro para se agarrar, para tomar banho. São situações que... um processo novo. O Brasil é um País novo, mas que tem que estar discutindo.

E eu quero te parabenizar, Raul, por teres visto hoje a questão da Academia Híbrida, da Evidence. Acompanhei essa academia desde que a Ana Paula, que é a gestora, a

proprietária, resolveu bolar essa academia. E qual era ânsia dela? Ela dizia: “Garcia, Porto Alegre está criando e Porto Alegre não tem”. Então eu vejo essa possibilidade, e nós temos que ser parceiros, conversar com a SMAM, porque a SMAM tem possibilidade, para que isso seja uma política pública, sim, de inclusão. Cada vez mais, só temos que parabenizar, porque esses assuntos têm que ser discutidos aqui.

Também quero dizer que sábado, mais uma vez – já estou aqui no meu 18º ano –, tenho a oportunidade de ir na abertura do Jomex, uma proposição inclusive do Ver. Paulo Brum, temos que ressaltar isso, pois todos os anos estamos lá. Eu gostaria também de convidar os demais Vereadores para assistir. Como disse o Unirio, só não sei se chover, porque há essa questão do fator tempo, pois tem que mobilizar todas as crianças.

Vejo que Porto Alegre está à frente de diversas capitais, mas temos muito o que fazer ainda. Quando se fala na questão da acessibilidade das nossas ruas, é muito difícil ainda; nós não podemos andar nas nossas ruas. Esses projetos de rebaixamento, acho que tinham que ser mais rápidos, pois é um processo muito lento. Lembro que, há seis ou sete anos, entrei com um projeto sobre os cinemas de Porto Alegre terem lugar para cadeirantes. Uma das minhas filhas foi ao cinema e, chegando lá, não tinha lugar para cadeirante, pegaram o cadeirante no colo, ele não queria ficar, enfim, pararam o cinema. Aí minha filha disse: “Pôxa, pai...”. Fui ver, não tinha legislação, adaptei a legislação federal à de Porto Alegre. Quando foi aprovada a lei, tinham seis meses para regulamentar, começou o meu calvário. Os operadores de cinema vieram: “Mas, Vereador, colocar o espaço ali é o de menos”. Aí começamos a reunir *shopping centers*, porque tinha a questão do tamanho das portas, dos banheiros adaptados. Hoje todos têm, e só lastimo que não incluí as salas de teatro, pois ainda não têm. Então nós temos esta questão de forçar, forçar e proporcionar. Isso é um tema latente, e volto a dizer que cada vez mais, quando se fala na questão dos deficientes é um plano bem mais abrangente do que imaginamos.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Ver. Paulo Brum por trazer essa oportunidade, e parabenizar as entidades aqui presentes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado, Ver. Professor Garcia.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Presidente, Ver. Bernardino; os demais que compõem a Mesa e já foram citados por ocasião do aparte que fiz em nome da Bancada do PTB; faço uso da tribuna novamente neste período de Comunicações até porque estou inscrito no dia de hoje apenas para destacar e ressaltar algumas questões que não foram faladas no momento do aparte que fiz. As principais delas são as ações do nosso companheiro Ver. Paulo Brum e, também, as ações do Executivo, especialmente os novos 86 táxis acessíveis, o que está em um projeto do Executivo remetido a esta Casa. Nós temos a certeza da sensibilidade desta Casa Legislativa no sentido de aprovar esse projeto, afinal os táxis acessíveis estarão sendo disponibilizados para pessoas com deficiência. Também é importante destacar o projeto que assegura às pessoas com deficiência o pagamento de meia-entrada em estabelecimentos culturais, esportivos, de lazer e entretenimento no Município de Porto Alegre, que é de autoria do Ver. Paulo Brum, da nossa Bancada. E aqui já foi falado pelo Vereador sobre o transporte coletivo acessível, o “Disque-Atendimento Porta a Porta” no Município de Porto Alegre.

Eu fui Conselheiro Tutelar desta Cidade por um período de seis anos e, no Conselho Tutelar – imaginem! –, em muitas situações e circunstâncias, atuando lá na ponta com crianças e adolescentes com deficiência, eu pude perceber e pude lidar com situações de mães que colocavam as crianças no ombro, crianças, muitas vezes, pesadas, seguravam no colo, colocavam no ombro, iam até a parada e aguardavam o ônibus, que não tinha acessibilidade. O ônibus parava, o cobrador e o motorista desciam, iam lá ajudar a mãe a entrar no ônibus para ir até um determinado local. Era uma via-crúcis, uma verdadeira via-crúcis para chegar ao local de fazer fisioterapia.

O projeto de autoria do Ver. Paulo Brum é um projeto que traz – ainda hoje pela manhã, na Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, eu referia – um conforto para nós no sentido de que, sendo efetivamente aprovado por esta Casa e, através dos meios de ação e fiscalização do Município, sendo executado, será um grande avanço para a Capital de Porto Alegre em muitos casos que nós conhecemos de mães e pais que não têm a mínima possibilidade de levar seus filhos para um tratamento adequado.

Por último, Sr. Presidente e colegas Vereadores, quero destacar que a única emenda que o Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB fez ao Plano Plurianual foi de autoria do Ver. Paulo Brum. É uma emenda que, além do que está proposto pelo Executivo e pela

Secretaria de Acessibilidade no que tange a rampas, propõe mais 200 rampas nas calçadas por ano. Portanto, é uma emenda que está aí na proposição do PTB, de autoria do Ver. Paulo Brum, com o foco específico na área de pessoas com deficiência, trazendo uma melhoria e uma acessibilidade num nível merecido para essas pessoas que tanto sofrem. Presidente, agradeço mais uma vez por esta oportunidade, o PTB está irmanado nesta luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Séfora Mota está com a palavra em Comunicações.

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. SÉFORA MOTA: Boa-tarde a todos os Vereadores e Vereadoras, boa-tarde aos componentes da Mesa, parabenizando, de novo, pelo trabalho que desenvolvem. Quando eu propus a instalação da Frente Parlamentar, eu fui movida pela certeza da necessidade, cada vez mais visível, daquilo que nós chamamos de inclusão e acessibilidade. São palavras que hoje a gente usa muito: inclusão e acessibilidade. Mas acessibilidade não se resume a rampas. Há acessibilidade ao transporte coletivo, aos parques, a tudo; há uma acessibilidade como um todo.

Eu conheço muitas pessoas que têm algum tipo de deficiência, não incapacidade. Eu posso dizer aqui que hoje, mais do que nunca, eu tenho que levantar essa bandeira porque eu fui tia pela segunda vez, e meu sobrinho, de dois meses, nasceu cego. É mais uma luta que a gente vai enfrentar porque agora, além de conhecer, eu tenho na minha família. Então, a gente tem, realmente, que trabalhar para incluir. Eu fico pensando: como será com um cego? Como a gente vai fazer? A gente compra brinquedo para criança, e eu fico muito preocupada com ele porque ele não enxerga, então, eu quero os melhores estímulos para ele para que ele se desenvolva, para que ele saiba que é extremamente capaz. Essa é uma luta incrível.

Na Frente Parlamentar, eu venho ressaltar, eu não coloquei uma deficiência porque a gente tem vários problemas. Precisamos de políticas públicas eficientes para as pessoas com autismo, a questão do fechamento das APAEs, a AACD, que eu conheci há pouco

tempo, sabemos do trabalho diferenciado e fundamental na capacitação e evolução dessas pessoas com algum tipo de deficiência. Outro problema é o que fazer com as pessoas que têm múltiplas deficiências depois que se tornam adultas, porque sabemos que são adultos que precisam ser assistidos pelo resto da vida, isso é muito importante.

Nós temos aquela questão da deficiência como o cadeirante, o cego, mas a deficiência é muito ampla, e hoje há doenças que são classificadas como deficiência. Então, precisamos conhecer cada situação para promover políticas adequadas a cada uma delas, é muito importante. Se não fosse tão importante, não precisaríamos de frentes parlamentares, de semanas para dar destaque a essas pessoas. Deficiência nada tem a ver com ineficiência, são pessoas capazes, só que são pessoas que hoje a gente vê que não têm a mesma oportunidade. Eu uso uma cadeira, eu quero sair. Mas e aí, como é que eu vou sair? Eu vou sair, eu vou ter rampa, eu vou ter uma calçada decente, eu vou conseguir pegar um ônibus? Não tem como, não conseguem fazer isso. Eles querem fazer, eles querem ser independentes.

Precisamos discutir a questão do mercado de trabalho, dar capacitação para incluir, para inserir essas pessoas porque elas têm capacidade de se desenvolver em várias áreas independente da deficiência, porque a deficiência acaba sendo só uma característica da pessoa. Esse é um trabalho que eu quero desenvolver na Frente, desenvolver aqui, junto com o Ver. Paulo Brum – que é uma pessoa que já está nessa batalha há muito tempo –, junto com as organizações e com as pessoas para vermos o que está faltando, pois sabemos que falta muito.

Aqui em Porto Alegre, tem a Secretaria de Acessibilidade, que é uma Secretaria muito importante, que tem um olhar diferenciado, que já está desenvolvendo um trabalho bacana. Eu tenho recebido muitos convites para participar até de congressos fora porque é isso, é saber como se faz. Se ali na outra cidade tem um projeto bacana, vamos trazer para cá.

Eu quero dizer que as pessoas com deficiência agora serão vistas porque é isso que a gente tem que dar a elas: visibilidade, respeito e dignidade para a vida dessas pessoas, com tratamento digno, com escolas especializadas sim, porque cada uma, dentro da sua necessidade, precisa de que um serviço de qualidade seja prestado, com diagnóstico antecipado das deficiências. Que a gente tenha, no Sistema Único de Saúde, um tratamento diferenciado para acolher essa pessoa com deficiência, para instruir essa

família, para que ela saiba que ela tem direito, para que saiba onde é que ela pode conseguir um benefício, onde é que ela pode conseguir o tratamento para a sua deficiência. E acessibilidade como um todo para incluir realmente.

Falar em inclusão é muito fácil, mas a gente tem que mudar, principalmente, a nossa maneira de tratar as pessoas com deficiência porque nós é que as deixamos excluídas da sociedade. Inclusão é isso, é adequar toda uma sociedade para que eles façam parte, tanto quando eu, da vida, do que eles quiserem. Eles são altamente capazes, e é essa a nossa luta. Obrigada mais uma vez, parabéns pelo lindo trabalho de vocês! Contem conosco aqui, na Câmara de Vereadores. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Unirio Bernardi está com a palavra.

O SR. UNIRIO BERNARDI: Muito obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Paulo Brum, meu companheiro e amigo de várias datas, quero aqui, em nome da APAE de Porto Alegre, no interesse de deficientes intelectuais, em favor dos quais trabalhamos para a sua proteção e em defesa de seus direitos, agradecer as suas manifestações, o apoio que o senhor sempre deu aos deficientes em geral, especialmente aos da nossa entidade. Quero agradecer também ao Ver. Professor Garcia por suas palavras; aos outros que se manifestaram; aos nossos amigos particulares da APAE de Porto Alegre; ao Ver. Márcio Bins Ely; à nossa amiga Ver.^a Sofia Cavedon, aqui presente; aos que sempre nos apoiaram e a todos os outros que também colaboram conosco, especialmente esses com quem sempre estamos juntos em todas as nossas dificuldades, ou quando necessitamos de apoio, sempre se manifestando a favor. E quero dizer a todos que realmente a nossa luta em favor da manutenção das escolas especiais em todo o Brasil está sendo, nesta semana, neste mês, há muito tempo já viemos lutando por isso... inclusive nós já tivemos manifestações aqui em Porto Alegre no dia 7; em Brasília, no dia 14. Graças a Deus, fomos recebidos inclusive pela nossa Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Helena Hoffmann, que é do Paraná. E, amanhã, provavelmente, a nossa Presidente da Federação Nacional das APAEs, a Aracy, estará presente novamente lá em Brasília em uma reunião com o nosso Ministro da Educação e com o Senador Pimentel, os quais querem ver se realmente

terminamos com esta briga que estamos tendo: a proposta de terminar com as escolas especiais e que todas os alunos dessas escolas sejam incluídos, matriculados nas escolas regulares. O desejo das APAEs e o trabalho que nós tivemos sempre foi este: a favor da inclusão; mas nós queremos uma inclusão com qualidade, que não tenha reflexo negativo. Porque quando tu incluis uma pessoa sem acompanhamento, o perigo é muito grande de ela voltar ou de ser excluída nesse novo contexto.

Então, queremos aqui deixar, mais uma vez, o nosso agradecimento. Muito obrigado ao Ver. Paulo Brum pelo seu gesto de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Cleo Danilo Jaques, Diretor Administrativo da Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD, está com a palavra.

O SR. CLEO DANILO JAQUES: Boa-tarde, quero saudar aqui as autoridades que compõem a Mesa e agradecer pela oportunidade que o Ver. Paulo Brum nos estendeu. É sempre muito importante participar de momentos como este. Um agradecimento também ao Secretário Raul Cohen por sua parceria constante conosco. Eu queria, brevemente, ressaltar que quem está na ponta da ação, que atende a pessoa com deficiência e as demandas que existem de forma tão intensa, como nós atendemos lá na ponta, sabe a importância de momentos como este para que a nossa organização renove forças para a realização de um trabalho cada vez mais eficiente. A nossa união é que proporcionará, certamente num futuro, um trabalho mais eficiente e de resultado, que as pessoas com deficiência alcancem realmente aquilo que elas esperam alcançar e que nós não tenhamos mais diferenças. Nesse sentido, eu agradeço a oportunidade, mais uma vez, de presença neste instante e espero realmente que esta semana inicie e termine como um grande momento de reflexão e oportunidade para todos nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada. O Sr. Guacir de Llano Bueno está com a palavra.

O SR. GUACIR DE LLANO BUENO: Eu não falaria para não ocupar mais o tempo, até porque essas altas autoridades aqui presentes têm coisas mais interessantes, certamente, para falar. Eu represento uma entidade, Asasepode é a sigla, que inicialmente cuidava apenas do pessoal da área da Segurança – da Brigada, da Polícia Civil, do IGP e da Susepe; hoje, não. Hoje, nós atuamos em todo o Estado do Rio Grande do Sul, atendendo pessoas com deficiência de várias categorias profissionais. Vimos aqui, então, agradecer, sumamente honrados por podermos estar aqui neste ambiente seletivo, especialmente ao nosso associado, nosso amigo Paulo Brum, Ver. Paulo Brum, Deputado Paulo Brum, que há muito tempo é um ícone desse movimento das pessoas com deficiência não só em Porto Alegre, mas no Rio Grande do Sul inteiro. Obrigado por todos os cuidados que V. Exa. tem tido com as nossas comunidades. Certamente suas ações têm sido indelévels, realmente marcam a nossa projeção e o futuro de toda a comunidade das pessoas com deficiência em todo o Rio Grande do Sul. Também, agora, o Raul Cohen, nosso Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, que tem se manifestado uma pessoa muito digna da nossa confiança, pois tem atuado em todas as áreas que nos interessam, com abnegação bastante emocionante, o que nos faz admirá-lo. Aos senhores dirigentes de entidades de pessoas com deficiência também aqui presentes, APAE, AACD, os nossos cumprimentos pelo trabalho que vêm desempenhando, contem sempre com a nossa solidariedade; e à nossa Ver.^a Sofia Cavedon, obrigado pela sua participação sempre; a todos os Edis que se manifestaram em solidariedade a nós, esse colendo Colegiado, aqui, esta Câmara de Vereadores que só nos orgulha, a nós, munícipes de Porto Alegre, muito obrigado por suas participações. Sabemos que Porto Alegre é uma das cidades mais bem apropriadas para a questão da deficiência do Brasil. Entretanto, sabemos que há muito por percorrer, e o engajamento de todos os senhores e senhoras para a gente, pessoas com deficiência, é fundamental para que as nossas vidas e as vidas de quem nos sucede – infelizmente, as pessoas com deficiência haverão de continuar a existir –, é muito importante. A responsabilidade dos senhores e senhoras é fundamental para que a gente propicie qualidade de vida para quem está aqui em Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada. O Sr. Raul Cohen, Secretário Municipal da Acessibilidade e Inclusão Social, está com a palavra.

O SR. RAUL COHEN: Gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar a Presidente da Sessão; o Sr. Unirio; o Sr. Guacir; e o Sr. Cleo. Quero fazer uma menção toda especial ao proponente desta reunião, minha caríssima Presidente Sofia Cavedon. Na verdade, o Ver. Paulo Brum é mais do que um ícone na nossa cidade de Porto Alegre: ele é um referencial, que dita, ao longo da sua trajetória política, avanços notáveis na área da acessibilidade e da inclusão, e, graças a um homem abnegado como o Paulo Brum, é que fica muito mais fácil transitar por esta Secretaria que ele fundou para pavimentar alguns trechos que ainda não o foram. Então, ao fazer esta saudação especial ao digníssimo Ver. Paulo Brum, eu quero fazer uma referência especial a todos os Vereadores desta Casa que têm-se mostrado, ao longo deste mandato, verdadeiros abnegados no sentido de corresponder às expectativas.

Quero, aqui, de pronto, fazer um convite para que o meu Secretário Adjunto Willian Tempel adentre o plenário e fique aqui ao nosso lado, por ser um dos baluartes da nossa Secretaria.

Meus amigos, para ser bem sucinto, porque o tempo é curto, as perguntas que faço são: o que é prioritário sob a ótica das pessoas com deficiência? Como o setor público pode implementar políticas capazes de, efetivamente, atender às demandas das pessoas com deficiência? E qual é a visão que os Conselhos e as entidades aqui presentes representativos da sociedade civil têm no sentido de se inserirem nesse contexto?

Confesso ser um desafio que merece ser explorado com galhardia, com determinação e com todos os agentes envolvidos. Embora carregue o DNA da atividade empresarial, essa nova experiência vem demonstrando o que, como e quando nós poderemos avançar e, principalmente, qual é o número final, quais são os recursos necessários para a implementação dessas políticas.

O exemplo deste encontro, Ver. Paulo Brum, nos remete a um trabalho em rede, e tende ser sempre mais consistente, mais amplo, abrangente; portanto, mais eficaz. Por isso, acredito firmemente que o primeiro passo foi dado. A Câmara dos Vereadores, juntamente com a Secretaria de Governo, com as entidades civis aqui representadas simbolizam, na verdade, essa rede. E é por aí que nós devemos trilhar os nossos

caminhos. Deveremos estar presentes em todas as atividades, quer sejam de planejamento, como de execução. O tom é garantirmos que a legislação vigente, tão bem elaborada pelos que nos antecederam – e com especial ênfase àquilo que foi demonstrado pelo Ver. Paulo Brum –, seja cumprida e atendida não só porque é Lei, mas porque expressa, na verdade, a consciência das pessoas de bom senso, para que a inclusão possa triunfar na verdadeira concepção da palavra, no respeito aos desiguais. Aprendi que as PCDs não querem compaixão: querem respeito aos seus direitos expressos em Lei e aceitação dos seus pares, que somos todos nós, as pessoas que vivem numa cidade.

Porto Alegre, ao longo dos últimos anos, foi a pioneira no que tange ao Código de Acessibilidade. A Lei nº 678, do dia 22 de agosto de 2011, instituiu o Plano Diretor de Acessibilidade. Estamos focados, isso, sim, meus amigos, queridos Vereadores, em oferecer às pessoas com deficiência que residem em Porto Alegre e aos que visitam nossa Cidade condições básicas de acessibilidade e inclusão tão necessárias para o trânsito das pessoas e para a mobilidade.

Apenas, antes de encerrar, apoiamos integralmente, Ver. Paulo Brum, as suas propostas, essas seis leis que V. Ex.^a, com grande inteligência, apropriada para serem implementadas nas nossas Cidades. Da mesma forma como estivemos aqui na Frente Parlamentar com a Ver.^a Sefora Mota apoiando, nós estaremos – nossa Secretaria, todos seus membros – completamente ao lado de V. Ex.^a e de toda Câmara de Vereadores para protagonizar aquilo que, na verdade, nós necessitamos para as nossas cidades, especialmente para as pessoas que nós representamos, que são as pessoas com deficiência.

Quero também dizer que tenho aprendido muito com a sociedade civil aqui representada. Existe uma frase que sintetiza tudo. Eles dizem: “Nada sobre nós sem nós”. Vamos construir esse futuro em trabalho de rede – assim nós vamos mais longe e mais fortes.

Finalizando, convido todos vocês para, no próximo dia 21, quarta-feira, no auditório do Ministério Público Estadual, estarem presentes para participar da abertura da solenidade da Semana das Pessoas com Deficiência, promovida não só pela Secretaria Municipal de Acessibilidade Inclusão Social, mas também pelo Governo Estadual, através da Fadergs, pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e também pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Comdepa e o Coepede, capitaneado também, como parceria, pelo Ministério Público Estadual. Lá estaremos

discutindo com as pessoas com deficiência exatamente o que eles querem, o que pretendem e como nós podemos construir isso juntos.

Um abraço grande a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigado, Secretário. Agradecemos a presença do Sr. Raul Cohen, Secretário Municipal; do Sr. Unirio Bernardi, Presidente da APAE; Sr. Guacir de Llano, Presidente da Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências; Sr. Cleo Danilo Jaques, Diretor da AACD – todos com envolvimento importante na área das pessoas com deficiência. Agradecemos à professora Ana Cláudia Rodrigues, Diretora da Escola Eliseu Paglioli, que nos convidou para o aniversário da Escola, uma escola pioneira na inclusão das pessoas com deficiência. Parabéns, Ver. Paulo Brum, pelo tema e pelo momento. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h7min.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): (16h9min) Estão reabertos os trabalhos.

O SR. ELIZANDRO SABINO (Requerimento): Sra. Presidente, solicito que seja postergado, para a próxima quinta-feira, o Grande Expediente em virtude da necessidade de entrarmos, imediatamente, na Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Elizandro Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Cara Ver.^a Sofia, caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu quero dar um alô muito especial aos meus dois colegas queridos, médicos legistas, que estavam aqui até há pouco, Dr. Martinelli, Dr. Trajano, e também saudar os meus colegas

médicos municipais, a Clarissa Bassin e o Jorge Eltz, que se encontram aqui e nos foram procurar em função de algumas questões que são importante de a gente aclarar e desenvolver neste plenário.

Nós temos um Projeto de Lei do Executivo, nº 001/13, que corrige algumas situações – e eu aproveito a presença do Gil aqui, que pode ser um bom interlocutor nessa situação – e versa sobre a questão da gratificação por incentivo médico. O que aconteceu? Nós aprovamos aqui o Plano de Carreira para os médicos, e hoje a grande dificuldade que se tem – e é dito por todos, Brasil afora – é a dificuldade de se ter os médicos. Eu, particularmente, acho uma medida equivocada trazermos para exercer qualquer profissão, seja qual ela for, profissionais de outros países sem revalidar seus diplomas. Nós aceitamos aqui profissionais de qualquer parte do mundo, qualquer médico de qualquer parte do mundo, desde que revalidem o diploma no Brasil.

São muito bem-vindos os colegas cubanos, são muito bem-vindos os colegas espanhóis, são muito bem-vindos os colegas portugueses e argentinos, desde que revalidem o diploma – não há problema nenhum. Inclusive, outros colegas dessa nacionalidade que revalidaram o diploma estão se manifestando nas redes sociais e em público dizendo que estão se sentindo prejudicados nesse sentido. Isso já está criando um problema, inclusive nos nossos plantões. Nessa noite, fiz plantão no Hospital Presidente Vargas. O colega residente – a quem eu faço uma saudação aqui –, o Dr. Julian Ramos, é moreno, latino, e, quando ele ia atender as pacientes no plantão dessa madrugada, as pacientes perguntavam: “Tu és cubano?” Ele dizia: “Não, não, não sou cubano.” Mas os cubanos são bem-vindos, desde que revalidem o diploma, desde que se sujeitem às leis nacionais. É importante que fique clara esta minha posição.

Então, quero dizer, voltando ao assunto, que nós temos o Projeto nº 001/13, do Poder Executivo Municipal que, naquela alteração que foi feita do plano de carreira dos médicos, a Gratificação por Incentivo Médico, ele retirava a GIT, a Gratificação por Incentivo Técnico – a Ver.^a Sofia, que é municipal, sabe disso –, mas não dava nenhuma gratificação aos que se aposentam. Então esses profissionais estão perdendo essa gratificação ao se aposentar. Não é um grupo de grande monta, mas nós precisamos corrigir essa distorção. Esse Projeto foi retirado daqui. Ele estava priorizado, estava em Pauta e foi retirado daqui. Então eu peço ao Gil que possa nos ajudar nesse sentido para que se possa chegar a uma concertação desse problema.

E outra questão para a qual venho pedir a colaboração do Gil – acabei de ligar para o nosso Vice-Prefeito, Sebastião Melo, acho que é importante uma reunião – é sobre a questão da proporcionalidade. Nós temos médicos no Município de Porto Alegre que, para 20 horas, ganham, digamos, 10; os que fazem 30 horas, 50% a mais, ganham 11 em vez de ganhar 15; e os que fazem 40, que deveriam ganhar o dobro dos que fazem 20, não ganham nem 15 – e isso desestimula a categoria a fazer mais horas. Então, com o mesmo número de profissionais, aprovada a proporcionalidade, nós teríamos mais horas/médico. Isso são ferramentas de gestão.

Então nós pedimos essa colaboração ao Executivo, Gil, para que, efetivamente, através dessas situações, nós, certamente, vamos ter a solução já de pronto. Sem precisar de médicos que não tenham diploma revalidado, sem precisar de profissionais irregulares neste País, nós já vamos ter mais profissionais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Christopher Belchior Goulart está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Luiza Neves.

O SR. CHRISTOPHER GOULART: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, eu me utilizo desta tribuna hoje para fazer o relato de uma notícia que, certamente, terá um impacto, uma repercussão no Brasil inteiro. Quarta-feira, estaremos indo a São Borja, e eu estarei representando o meu Partido, o PDT, e todos os Vereadores desta Bancada: Ver. Delegado Cleiton, Mario Fraga, Ver. Janta, o Presidente desta Casa, Dr. Thiago Duarte, a Ver.^a Luiza Neves, o Ver. Márcio Bins Ely, Nereu D'Avila. Nós estaremos indo com a Comissão Nacional da Verdade, com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e o Ministério Público Federal, pois lá acontecerá uma ação prévia para a exumação do Presidente João Goulart que acontecerá este ano. Vale fazer um relato. Nós ingressamos – quando digo nós, falo do Instituto Presidente Goulart, estando eu na condição de advogado e hoje também na condição de Vereador desta Casa, representando Porto Alegre – com um Inquérito Civil Público em 2007 apurando as causas da morte do meu avô, do Presidente João Goulart. Este processo, em um primeiro momento, em Brasília, foi remetido para o Ministério Público aqui do Rio Grande do Sul, que há algum tempo já vem trabalhando

neste caso, mas, neste ano, nós tivemos um avanço. O Estado brasileiro encampou esta ideia, esta noção de que, sim, há uma suspeita muito forte em relação às causas da morte do meu avô que sempre, desde o primeiro momento existiram, desde 1976, lá no exílio, mas que surge com mais força no momento em que o agente da polícia Mário Neira Barreiro, da inteligência uruguaia, declara que participou de uma ação típica da operação Condor, de uma operação que teria Brasil, Uruguai, Estados Unidos, acontecida na Argentina, em uma operação que colocou um composto químico nos remédios que o meu avô tomava para o coração. Hoje, as evidências de que o Presidente Jango queria, sim, retornar ao Brasil são certas. O Presidente Jango tinha já seus 10 anos de cassação, de 1964 até 74, e ela já havia sido concluída, ou seja, ele já poderia retornar, e ele queria retornar ao Brasil, até porque tinha 57 anos e teria, certamente, uma longa trajetória política. Ele representava a personificação da queda da democracia naquele momento e, com certeza, seria uma viabilização enorme para uma candidatura à Presidência da República quando se falava na distensão lenta, gradual e segura articulada pelo General Golbery do Couto e Silva. Então, é claro que existem inúmeras evidências.

Nós queremos, com este processo, desmistificar uma versão mentirosa. Este é o grande valor, é o grande significado desta ação, porque, caso se concretize a suspeita desse assassinato através dessa exumação, nós teremos, sim, um precedente para questionar a Lei da Anistia, que já teve aí um posicionamento do STF, que se manifestou claramente no sentido da sua não revisão. Mas, vejam, nós estaremos diante de um provável atentado ao chefe maior do Estado Brasileiro, o Presidente João Goulart, o que, obviamente, terá um apelo forte no Brasil inteiro, terá um impacto, porque as causas devem ser esclarecidas. Por que eliminar o Presidente Jango? Em função das reformas do Estado brasileiro, em função da reforma agrária, na reforma tributária, na reforma administrativa, urbana, na questão da Lei da Remessa de Lucros, em função das reformas institucionais e estruturais que meu avô queria fazer? E eu tenho noção muito clara do que custa, neste País, alguém implementar a verdade e com vontade as transformações sociais, políticas e econômicas necessárias. Custou o exílio, Ver. Sgarbossa, custa a morte na solidão do exílio, é isso que custa.

Mas este é um exemplo que serve para a posteridade. Nós estamos falando em um projeto de País, estamos falando em uma perspectiva futura de Brasil. Agora, a partir do ano que vem, serão 50 anos, e isso certamente terá um debate intenso, acadêmico,

popular, porque nós ainda queremos este País, nós queremos, sim, uma repactuação dessas forças políticas com uma visão social intensa como, de fato, temos estabelecida hoje, mas é momento de o Brasil se reencontrar com a sua própria história para pautar o seu futuro.

Nós queremos deixar claro que não se trata de punição, não se trata de revanchismo, mas nós entendemos que a justiça de transição é estabelecida para nós delegarmos o direito à memória, à verdade e à justiça. Então, sempre com essa ideia de que, para evoluirmos, temos de passar o nosso passado a limpo, mas se mágoa, sem rancor.

Eu tenho muito em mente o dia 7 de setembro de 1961, quando o Presidente Jango assumiu a Presidência da República. No seu discurso de posse, ele falava “todos sabem que, inclusive por temperamento, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos”. Pois nós seguimos esse caminho, nós seguimos essa trilha, nós não queremos propor uma iniciativa social, propor uma iniciativa, na pauta política da atualidade, que gere ódio, que gere rancor, mas nós queremos, sim, em nome da memória, da verdade e da justiça, exercer esse direito e ter essa informação para a população brasileira. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em meu nome, e em nome da minha Bancada – Comassetto, Sofia Cavedon, Alberto Kopittke, Mauro Pinheiro –, é que utilizo, com muita honra, este período de Comunicações num dia tão especial. Coincidentemente, hoje é o Dia Nacional do Ciclista, fruto de uma lei federal e fruto, infelizmente, de um momento trágico que aconteceu em 2006, com a morte de mais um ciclista na cidade de Brasília, Distrito Federal. Esse ciclista foi atropelado numa área que é reservada, no final de semana, para o trânsito de pessoas, de ciclistas, e, no entanto, justamente nesse local, esse ciclista foi atropelado em 2006.

É incrível como a história pode retroceder. Ao invés de avançarmos do ponto de vista civilizatório, podemos retroceder. Nós protocolamos um projeto de lei que, na verdade, visa restabelecer uma situação que perdurava oficialmente desde 1989, quando o então Prefeito Olívio Dutra, nosso mestre, já pensando nessa escala humana da Cidade e priorizando as pessoas, as pessoas com deficiência, idosos, crianças, enfim, pensando a Cidade do ponto de vista das pessoas, fez um Decreto do Executivo, o Decreto nº 9.372, dizendo que a Av. Beira Rio permaneceria fechada aos sábados, domingos e feriados para automóveis, somente sendo permitida a circulação de pessoas.

E é curioso como já em 1989, o nosso Prefeito Olívio Dutra colocava as seguintes motivações para essa decisão: “Considerando a grande afluência de público aos parques e à Av. Edvaldo Pereira Paiva aos sábados, domingos e feriados, inclusive crianças e animais de estimação. Considerando que as pessoas, quando entregues ao entretenimento, mais facilmente se descuidam da segurança, decreta, então, o fechamento de toda a Av. Beira Rio. Bom, depois do fim da Administração Popular, aconteceu que a Prefeitura voltou a liberar – contrariando, inclusive, esse Decreto –, fechando somente até o rótula das cuias a Av. Edvaldo Pereira Paiva. Essa situação foi oficializada, ou seja, permite que os carros circulem naquele trecho da rótula das cuias e no restante da Av. Edvaldo Pereira Paiva. É curioso o que Decreto nº 17.613 de 2012, do Prefeito Fortunati, coloca. (Lê.): “Considerando o aumento considerável da frota de veículos, (...) considerando os diversos transtornos e prejuízos à circulação de veículos (...) e pensando na manutenção da segurança e da fluidez do trânsito”, decreta, então, que voltará a abrir para os automóveis a partir da Av. Beira Rio. Então vejam que, no mundo todo, enquanto fecham ruas, restringem espaços para os veículos para privilegiar o transporte coletivo e o transporte de pessoas, aqui, na nossa Cidade, com a cultura “carrocêntrica” da atual gestão, acabam por abrir ruas, inclusive contrariando um Decreto anterior. Pois bem, nós protocolamos, então, nesta data, um Projeto para revigorar aquele Decreto, então, do Prefeito Olívio Dutra, ou seja, voltando a manter a Av. Edvaldo Pereira Paiva, a Av. Beira Rio, na sua total extensão, fechada nos sábados, domingos e feriados. Lembrando que aqui, em 2005, também tivemos um caso trágico: o atropelamento de um ciclista, Reitor da UFRGS, o professor Guimarães, que, no dia 22 de outubro de 2005 foi atropelado nessa que é uma Avenida em que, nos sábados, domingos e feriados, já é tradicional e clássico o uso como um espaço de treinamento de ciclistas, triatletas,

pág. 37

maratonistas. Independente de revogação de legislação ou não, já se tornou um local tradicional de treinamentos, de esporte, de lazer. É por isso que, sabendo que temos alternativas, tanto a da Av. Borges de Medeiros como a da Av. Praia de Belas, não há porque ali também se permitir o tráfico de veículos nos finais de semana e nos feriados. O nosso Projeto de Lei permite o acesso local, não quer que as pessoas não acessem. Quem tem a necessidade imperiosa de chegar até o local com o veículo, que o faça para acesso local, e não como já vem acontecendo. Agora, recentemente, no mês de julho, 291 veículos foram flagrados entre 7h30min e 10h30min, acima de 90 quilômetros por hora – 12 deles ultrapassaram os 100 quilômetros por hora e um chegou, inclusive, aos 139 quilômetros por hora. Então, para a gente ver como se comprova a tese: quanto mais você abre espaços – Ver. Brasinha, V. Exa. que quer aumentar a velocidade em nossa Cidade, podemos conversar sobre isso – e mais coloca o valor fluidez de veículos e rapidez como elemento central, inclusive sobre a vida das pessoas, mais você incentiva a velocidade, a infração, e inclusive as mortes. Não estou dizendo que a Prefeitura está incentivando as mortes, mas ao aumentar a velocidade, em última análise, é isso que acaba acontecendo. Então, é com muito pesar que a gente percebe este retrocesso. Estamos aqui protocolando um Projeto de Lei, inclusive um Pedido de Providências para que se coloque no local placas exclusivas demonstrando que ali há ciclistas e triatletas em treinamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (16h32min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLL nº 164/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 164/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, há uma legislação do Ver. Waldir Canal...Pelo menos me informaram Vereador, eu não consegui ainda, porque nós temos um Decreto, no Livro que a Câmara fez sobre as crianças, que

regulamenta a sua Lei. Na época, em 2011, nós fizemos vários movimentos no sentido de que as Leis se transformassem em direitos. Não sei se vocês recordam, chamávamos assim a Gestão, transformando Leis em Direito, Ver. Tarciso. Uma das Leis que não está ainda em vigor é esta ideia importante que o Ver. Waldir Canal teve à época de garantir que os *playgrounds* das praças da Cidade tivessem pelo menos um brinquedo adaptado. Nós estamos num processo acelerado de inclusão escolar que fizemos, instalamos nesta Casa o Fórum de Inclusão Escolar, exatamente para dialogar com o Governo Federal à época, quando entendia que todas as crianças tinham que estar incluídas nas escolas regulares, dialogar a partir das nossas escolas especiais, instalamos o Fórum, Ver.^a Séfora que é um diálogo entre escolas municipais, estaduais, privadas, e as APAEs, que a gente nem quer considerar como privadas, mas elas são filantrópicas, comunitárias, para evoluir no debate do que é inclusão, discutir as políticas de inclusão escolar, tanto que nós estávamos, na semana passada, com uma exposição aqui das escolas especiais com formação, durante a semana, e este diálogo tem aprofundado e ampliado o debate da necessidade de construir novos espaços pedagógicos nas escolas para sair da normalização, novos suportes à aprendizagem. Nós não podemos não incluir uma criança na escola regular, porque não há um *laptop* para ela andar na sala de aula, por exemplo, porque ela ali se comunica, como ocorreu na situação da Bom Jesus, que eu já vi, já encaminhei no ano passado. Nós não podemos não incluir uma criança porque não temos *softwares*, que traduzem para os cegos, como eu assisti no Cemet, que foram muito bonitos, programas que os cegos movimentam rapidamente e, por meio da voz do programa de computador, eles vão se mobilizando e aprendendo. Então, são tecnologias, são adaptações na formação dos professores, que está muito lenta, são suportes para os grupos da sala de aula. Não é possível achar que nós vamos continuar com 30, 40 crianças numa sala, um professor e crianças incluídas. É preciso ter mais do que um professor, estagiário, turmas menores e daí, de fato, fazermos a inclusão.

A minha alteração é estender, Ver. Waldir Canal, a sua proposição para as praças e parques, no sentido de rever essa Lei, no sentido de chamar a atenção para o fato de que ela tem que ser cumprida, mas também dizendo que todas as escolas têm que ter brinquedos adaptados, porque as nossas crianças estão chegando nas escolas, mas não podem andar de balanço, não podem andar de gira-gira, não podem andar de gangorra, porque precisam de suportes especiais, adaptados às pessoas, às meninas, aos meninos

adolescentes, às crianças com deficiência. Esse é um investimento muito possível. Na Escola Prof. Eliseu Paglioli, há um brinquedo adaptado. Eu estive lá quando a Secretária inaugurou, se não me engano é lá mesmo, Delegado Cleiton.

Então, é possível generalizarmos todas as escolas municipais, estaduais, e avançarmos na acessibilidade física. Então, coincidiu, Ver. Paulo Brum, com o período de Comunicações, foi mera coincidência, porque eu havia pautado para a semana passada, acho que é emblemático a nossa Casa lembrar essa Lei, cobrar o seu cumprimento e ampliá-la para a Educação. Todos os espaços precisam receber as diferenças. É muito mais difícil para uma pessoa, criança, um adolescente com alguma deficiência se movimentar na cidade e crescer na sua potencialidade máxima. Um olhar diferenciado, recursos diferenciados, política para isso são fundamentais.

É nesse sentido que solicito a V. Exas. que votemos essa singela proposição.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero agradecer muito o auxílio do Sandro, cumprindo a ausência do Luiz Afonso.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 164/12.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, encaminhando pela Bancada do PTB, o PLL nº 164/12, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 10.833, de 11 de fevereiro de 2010, estendendo às áreas de lazer das escolas do Município de Porto Alegre a instalação de, no mínimo, um equipamento para lazer e recreação infantil adaptado a crianças com deficiência física ou mental.

Sr. Presidente, esse projeto foi remetido para parecer prévio da Procuradoria da Casa, que, entre tantas manifestações de competência legal, por derradeiro, traz de forma fundamentada que o conteúdo normativo do projeto de lei consubstancia imposição de obrigações ao Poder Executivo, daí decorrendo, salvo melhor juízo, violação do princípio da independência dos poderes e do preceito orgânico que lhe atribui competência privativa para realizar a administração municipal. E elenca e invoca o art. 2º da Constituição Federal e os arts. 2º e 94, inc. XII da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Foi ao conhecimento da Ver.^a Sofia Cavedon, que deu ciência, e, posteriormente, remetido à Comissão de Constituição e Justiça, que, às folhas 12 do referido Processo,

em manifestação, por minha relatoria, apresenta a existência de óbice em se tratando dos mesmos fundamentos já elencados pela Procuradoria da Casa, que foi efetivamente acompanhado pelo Ver. Waldir Canal, pelo Ver. Nereu D'Avila, pelo Presidente da Comissão, o Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Bernardino Vendruscolo, o Ver. Márcio Bins Ely e o Ver. Alberto Kopittke manifestaram-se contrários à relatoria. Por fim, foi remetido o referido projeto à Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR –, às fls. 14, consigna o nosso colega, Vice-Presidente e Relator, João Carlos Nedel –, e ele reconhece o mérito da proposição, mas entende que o assunto afeta diretamente a atividade, responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, e consigna o Ver. João Carlos Nedel, Ver.^a Sofia Cavedon, às fls. 14, do referido projeto, que consultou a Pasta, ou seja, a Secretaria de Educação. Ele aqui consigna que, além de manifestar-se pela inconstitucionalidade da matéria, já que cria obrigações para o Executivo, corroborando as proposições ou as posições adotadas pela Procuradoria e pela CCJ, a Secretária de Educação informou que aquela Pasta já está instalando equipamentos adaptados em escolas municipais.

Por essas razões aqui referidas e já mencionadas, eu quero trazer à manifestação pessoal que mantenho a relatoria que já subscrevi na CCJ, votando, portanto, contra esse projeto. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 164/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero encaminhar a matéria pela Bancada do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, porque acho que qualquer projeto legislativo deve ser encarado conforme o mérito da sua proposição, Ver. Elizandro Sabino e Vereadores que nos escutam. Eu acho que a proposta da Ver.^a Sofia Cavedon é extremamente meritória. Inclusive, o período de Comunicações anterior tratou, durante mais de uma hora, sobre a política para as pessoas portadoras de necessidades especiais. O mundo precisa buscar, cada vez mais, equipamentos acessíveis, porque nós ainda, em pleno 2013, convivemos com essa disparidade, que bem falou a Vereadora em relação à inexistência de acessibilidade, inclusive em prédios públicos, como as escolas.

E a Vereadora se refere a equipamentos destinados à recreação nas áreas de lazer, nas escolas, de, no mínimo, um equipamento para lazer e recreação infantil adaptada a crianças com deficiência física ou mental. E eu acho inclusive que no projeto da Vereadora caberia incluir outros tipos de adaptações à escola que faltam – sei que a Vereadora fez no sentido de aprovar, porque é uma questão simples, básica –, em relação a computadores, *softwares* que hoje permitem pessoas com limitação visual ter acesso à leitura, à escrita. Enfim, existe uma série de equipamentos tecnológicos que permitem acessibilidade. Nós temos, por exemplo, apenas uma impressora em Braille em apenas uma biblioteca pública, Ver. Mario Manfro, que é a Biblioteca Pública do Estado. Então, se nós pensarmos em termos de acessibilidade, podemos começar com as calçadas do Centro da nossa Cidade, que são, na verdade, extremamente inacessíveis a idosos, a cadeirantes – discutia isso, sexta-feira, com meu amigo Rafael Lenis. O projeto da Vereadora trata de apenas um equipamento para lazer e recreação na escola, no parquinho, de forma a buscar agregar, incluir, permitir que se mostre que, na verdade, são os governos e as cidades que são inacessíveis, porque já existe política para sua acessibilidade.

Com relação à forma, por exemplo, a CECE foi a favor do projeto, votou, na sua maioria, pela aprovação, assim como a CUTHAB – vários Vereadores da CUTHAB votaram pela aprovação do projeto. Então, esse argumento em relação às Comissões tem que ser visto de todos os lados. Toda técnica está a serviço de uma política, portanto seria importante ouvir em relação a qual política se defende. Nós achamos que, se a Secretária disse que a SMED está buscando adaptar, mais um argumento para aprovar a lei, garantir com uma política de Estado, e não com uma política de Secretaria A, B ou C. Assim como, em relação à CCJ, houve três votos contra o parecer do Relator. Então me parece que esse debate vem em muito boa hora ao Plenário da Câmara, que este Plenário é soberano às discussões, inclusive das próprias Comissões, mas, de qualquer forma, tem que analisar o conteúdo de qualquer discussão. E o conteúdo do projeto é extremamente meritório, a Cidade precisa de projetos que tornem cada vez mais os nossos equipamentos acessíveis e, sobretudo, às crianças que nessas escolas estudam e merecem ter o seu equipamento de lazer, o seu equipamento de recreação, o seu balanço, os seus brinquedos para poder, sim, ter uma aprendizagem que combine a questão do lúdico com a questão da sala de aula.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 164/12.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Dr. Thiago Duarte; Vereadores, Vereadoras, realmente não resta dúvida de que o projeto da Ver.^a Sofia é meritório. Sem dúvida, é meritório, porém foge às regras legislativas. Nós temos aqui um Parecer da Procuradoria muito claro, muito claro, que diz que o conteúdo normativo do projeto de lei consubstancia imposição de obrigações ao Poder Executivo, daí decorrendo violação do princípio da independência dos poderes e do preceito orgânico que lhe atribui competência privativa para realizar a administração municipal. Eu também analisei na CEFOR e fui pelo mesmo caminho. A Comissão de Constituição de Justiça também foi pelo mesmo caminho. E o Parecer da CEFOR foi aprovado por maioria, com o voto contrário do Ver. Valter Nagelstein.

Há pouco falou aqui nesta Casa o Secretário Raul Cohen, que é o Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, por que não sintonizar com ele para que ele comece a fazer dentro da sua Secretaria, nas praças? Já existe uma lei do Ver. Waldir Canal que fala sobre isso, e a Prefeitura já está fazendo aos poucos. O que falta, realmente, é verba. No recente Plano Plurianual, o Ver. Waldir Canal colocou uma emenda que foi aprovada para que tenha verba para isso. Agora, a Ver.^a Sofia vem, em cima do mesmo projeto, apresentar um outro. Ora, se nós já temos isso, se já está sendo feito, se falta verba, se o Ver. Waldir Canal colocou a verba, então, não podemos aprovar essa inconstitucionalidade. Se aprovarmos, o Prefeito vai ter a obrigação de vetar. Então, nós estamos, mais uma vez, jogando o problema no colo do Prefeito. Nós temos que ter a responsabilidade de assumir os problemas aqui dentro desta Casa. O mérito, sem dúvida, é grande; no entanto, não podemos compactuar com a inconstitucionalidade e a irregularidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Mais algum Vereador deseja encaminhar? (Pausa.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, eu estou muito surpresa com este plenário pelas considerações burocráticas feitas em relação à legalidade do projeto, das quais discordo frontalmente porque o projeto altera uma lei de origem deste Legislativo. Mas, ouvindo o apelo, em especial o do Ver. Waldir Canal, que diz que se posiciona favorável à proposição, solicito o adiamento da votação do PLL nº 164/12 por uma Sessão para conversarmos melhor com as Bancadas e compreendermos as razões da indisposição em relação a essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento...

O SR. REGINALDO PUJOL: É adiamento da votação?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Da votação.

O SR. REGINALDO PUJOL: Quer dizer que a votação não fica encerrada?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Só faltará a votação. A discussão já foi feita, nós já estamos...

O SR. REGINALDO PUJOL: Aqueles que não encaminharam terão possibilidade ainda?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não terão mais possibilidade. Nós estamos encerrando. Eu estou colocando em votação o adiamento, por uma Sessão, da votação, solicitado pela Ver.^a Sofia. Com relação aos encaminhamentos posteriores, vamos consultar a Diretoria Legislativa. Perfeito, Ver. Pujol? É votação do Requerimento de adiamento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Ao ser adiado, não retira o direito de quem não encaminhou ainda?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu vou consultar a Diretoria Legislativa, mas, em princípio, não.

O SR. REGINALDO PUJOL: Correto, Sr. Presidente. Para mim, não precisa nem ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mario Fraga, o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 25 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 102/12. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta com a palavra para discutir o PLL nº 102/12.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras; primeiramente, eu queria esclarecer que construção pesada não significa um Vereador pesado, o porte de um Vereador, nem trata de locomoção de Vereador pesado, ou de sindicalista pesado, Ver. Paulo Brum! Construção civil pesada é quem constrói as nossas estradas, quem constrói a nossa Arena, Ver. Brasinha, quem constrói o Beira-Rio, Ver. Márcio Bins Ely, esses trabalhadores que estão executando as obras do PAC, que estão executando as obras de infraestrutura no nosso Estado, no nosso País e na nossa Cidade. São as pessoas que estão fazendo as obras viárias necessárias em Porto Alegre: os viadutos, as pontes, os túneis, as duplicações de avenidas e, principalmente, a construção de várias estradas. Esses trabalhadores, pela denominação da sua categoria, são considerados trabalhadores da construção pesada porque lidam com máquinas de grande porte, tombadeiras e fazem grandes obras, obras de acessibilidade, obras que ajudam as pessoas a se locomover, são trabalhadores que muitas vezes sofrem muito, como se diz no linguajar sindical, são peão de trecho, são operários que, muitas vezes, vêm de outras cidades, de outros Estados para permitir essas obras grandes. Nós vimos isso na construção da Arena do Grêmio, estamos vendo na construção do Beira-Rio e em várias outras obras que são feitas no nosso Estado e principalmente na nossa Cidade. É um reconhecimento que esta Casa faz a esses trabalhadores, incluindo no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre uma data especial para os trabalhadores nas indústrias da construção pesada. Com força e fé, vamos seguir lutando pelo direito dos trabalhadores e de suas famílias.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero pedir escusas e dizer que acho muito relevante essa lembrança feita ao nosso sempre Ver. Adeli Sell, neste Projeto desarquivado pela Bancada do PT.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 102/12.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; realmente é muito importante o trabalhador da construção civil porque, se esse trabalhador quisesse parar... Esses trabalhadores, muitos vêm de muito longe, vêm do Ceará, de Pernambuco, vêm de todos os lados para construir, aqui no Sul, a sua história. Lá na Arena do Grêmio, por exemplo, tinha dois mil funcionários e nenhum era de Porto Alegre, quase todos eram de fora. Aliás, os trabalhadores que construíram a Arena do Grêmio sempre foram muito gratos à empresa OAS, que foi buscá-los lá fora. Eu sei que a Ver.^a Sofia esteve lá na época em que incendiou o dormitório dos trabalhadores, e eles sempre argumentaram que o tratamento da empresa foi muito bom.

Nós aqui também temos um Vereador que é ligado à construção civil, Ver. Janta: o Ver. Cecchim, por exemplo. Há várias pessoas que trabalham em construção, em obras e são muito gratas ao senhor. Eu conheço vários funcionários seus e eles admiram o seu trabalho e a valorização que dá aos seus funcionários.

A valorização do funcionário da construção civil é muito importante, porque é o cidadão mais humilde que trabalha tanto e constrói esses prédios de alto gabarito, Ver. Mario Fraga, e muitas vezes não tem nem onde morar. Então, este projeto do Ver. Adeli é muito importante, porque a data servirá para reflexão ao ser incluída no calendário oficial de Porto Alegre. Eu acho que é uma das profissões que mais cresce no empreendimento, que muita gente chama de concreto. Mas não é o concreto; se não tem o cidadão, se não tem o servente, se não tem o pedreiro, se não tem o mestre de obras, não anda a obra! Pode ter engenheiro, pode ter arquiteto que não vai andar. Então, tem que ser reconhecido esse cidadão como quem, realmente, representa os trabalhadores na área da construção civil. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 102/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o pronunciamento do Ver. Alceu Brasinha e, da mesma forma, do Ver. Cláudio Janta, são muito apropriados, o que não impede que a gente examine esse assunto sob outro ângulo. Eu, por exemplo, no ano passado, com apoio da unanimidade da Casa, concedi ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil o Diploma de Honra ao Mérito, pelo grande trabalho que o mesmo vem fazendo, exatamente, Ver. Alceu Brasinha, na qualificação da mão de obra, que se mostrou agora, com essas construções muito fortes que ocorreram na cidade, e que não ocorrerão tão cedo novamente. A reforma do Estádio Beira-Rio e a construção da Arena do Grêmio fez com que nós fôssemos buscar muito dos colaboradores em outros Estados da Federação. Isso é público e sabido.

Então, este projeto do Ver. Engº Comassetto, que, originariamente, foi do nosso querido ex-colega, que gostaríamos de tê-lo aqui na Casa, tem esta característica: de desdobrar uma categoria, de diferenciar o trabalhador da construção civil, de fazer com que os trabalhador da construção civil da indústria pesada que, no mais das vezes, trabalha fora de Porto Alegre, fique numa situação, no Município de Porto Alegre, de privilégio em relação àquele que trabalha em Porto Alegre ou que trabalha na construção civil propriamente dita, como na construção das casas, dos apartamentos, e das obras que aqui se desenvolvem. Tudo isso é um comentário que eu faço no sentido de acelerar algumas contradições, com o propósito de concatenar essa matéria. É evidente que a minha disposição é de votar favoravelmente ao projeto do Ver. Adeli Sell, recuperado pelo Ver. Engº Comassetto, Líder do Partido dos Trabalhadores. Nós, do Democratas, não costumamos diferenciar as categorias dos trabalhadores; para nós, os trabalhadores brasileiros, juntamente com os trabalhadores do mundo inteiro, são homenageados, Ver. Raul, Ver. Mario Fraga, no dia 1º de maio – todos em conjunto. No tempo em que o avô de V. Exa. era o Ministro do Trabalho, eles eram homenageados no dia 1º de maio, Dia do Trabalho. Agora, vai ter homenagem a todos os trabalhadores no dia 1º de maio e outra pequena homenagem ou especial homenagem, no dia 4, aos trabalhadores da

indústria pesada. Eu assinaria tudo isso! Eu não vou negar apoio, de modo algum, para homenagear uma categoria de trabalhadores, por mais restrita que seja. Eu entendo que por todos aqueles que honestamente trabalham, se sustentam, procuram construir a grandeza deste País com o seu trabalho digno e honesto merece este Projeto ser aprovado. Só temo, e aí eu finalizo, que, se nós começarmos a diferenciar categoria por categoria, Ver. Mario Manfro, do cirurgião-dentista ao especializado em ortodontia, e formos distribuindo, distribuindo homenagens, vai faltar dia no calendário. Mas ganhará com isso quem acordou cedo, e quem acordou cedo nesse particular foi o Ver. Comassetto, que recuperou o projeto de lei do seu ex-colega e presidente do seu Partido aqui em Porto Alegre. Este projeto, evidentemente, não foi votado nas legislaturas anteriores por razões que nós desconhecemos. Nós aqui vamos votá-lo no dia de hoje; vamos votar a favor do projeto, porque não vamos fazer essa descortesia com o nosso ex-colega, o Líder do PT, e, sobretudo, com os trabalhadores da indústria de construção pesada que, aqui ou ali no Interior e por esse Brasil afora, também contribuem e muito para a grandeza da Pátria. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 102/12.

O SR. MARIO FRAGA: Ver. Dr. Thiago, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público na galeria, público que nos assiste pela TVCâmara, venho aqui fazer a discussão deste projeto, o que o meu colega Ver. Cláudio Janta fez tão bem aqui, pois ele representa a Força Sindical. Antes, queria dar um abraço em dois companheiros que estão nos visitando aqui: companheiro Serjão, do PDT de Porto Alegre, e ao companheiro de Viamão, que concorreu a Vereador lá em Viamão, que concorreu com o número da família 12.600.

Eu venho mais, Ver. Comassetto, para fazer uma homenagem ao nosso colega; minha, em especial, ao Adeli Sell, porque fui Vereador com ele por muito tempo aqui nesta Casa, e de quem temos saudade; era um Vereador combativo que, quando subia à tribuna, se transformava, discursava em alto som, gritava, mas, depois, começava a baixar o volume de sua voz e descia já bem tranquilo da tribuna. Então venho aqui fazer essa homenagem

ao Ver. Adeli, dar os parabéns ao Ver. Carlos Comassetto. Sinto saudades do Ver. Adeli. Pelas idas e vindas nas eleições, ele não está aqui por um número de votos. Em um determinado momento, numa determinada situação da eleição, o Ver. Adeli não consegue voltar para cá. Eu tive o privilégio de ser Vereador com ele por alguns anos; então venho mais para fazer esta homenagem, mas também para dizer, Ver. Pujol – que me conhece há bastante tempo – que já fiz parte, sim, do Sindicato da Indústria da Construção Civil, já fui membro da sua diretoria em outros tempos passados, junto com o Dr. Ponte, junto com Gianfranco Cimenti, junto com o Dr. Athos Cordeiro, Dr. Almir Schwartz e tantos outros. Então venho aqui dizer que dou apoio a este projeto e à homenagem aos trabalhadores; agora nós estamos usando o termo trabalhadoras também, visto que, na construção dos dois estádios em Porto Alegre, havia mulheres trabalhando. Meus parabéns, Ver. Comassetto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Encerrada a discussão. Em votação o PLL nº 102/12. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o projeto do Ver. Adeli Sell, nosso colega da legislatura passada, que foi Secretário da SMIC, também faz uma homenagem a um setor, Ver. Janta, o setor da construção pesada. O que é construção pesada? É a construção de viadutos, de estradas, de túneis, essas coisas todas de que nós precisamos muito. E temos muitas dessas obras andando aqui na cidade de Porto Alegre, Ver. Comassetto. Esses trabalhadores são aqueles que nos trazem aquelas soluções de que nós precisamos. É claro que o sindicato patronal é composto por grandes empresas, mas os trabalhadores são os que fazem acontecer as obras. E essas obras, nós precisamos que elas aconteçam no prazo. Nós precisamos que o Governo Federal, Estadual e Municipal pague em dia as construtoras, que estas paguem em dia – e o fazem – os trabalhadores, que são os que usam a sua energia e seu conhecimento para que essas obras possam ser entregues à população dentro dos prazos estabelecidos.

Eu quis usar apenas dois minutos deste tempo para homenagear o autor do Projeto, que é o Ver. Adeli Sell, e os trabalhadores da indústria da construção pesada, aqueles que

nos ajudam a transformar as nossas cidades e as nossas estradas, construindo pontes e viadutos para facilitar o trânsito e para encurtar distâncias. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n^o 102/12.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, prezados Vereadores e Vereadoras, venho aqui em nome da nossa Bancada, do Partido dos Trabalhadores, na verdade, com o desarquivamento deste Projeto que estamos trazendo para a discussão hoje, para incluir no Calendário Oficial do Município de Porto Alegre o Dia Municipal dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Indústria da Construção Civil Pesada; e uma homenagem, também, ao nosso Ver. Adeli Sell, que é o Presidente Municipal do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores.

Porto Alegre, cada vez mais, Ver. Pujol e Ver. Janta, tem tido um maior número de trabalhadores na indústria da construção civil pesada, porque Porto Alegre é uma das capitais do Brasil que mais tem recebido recursos. E são as obras, sim, dos viadutos, das pontes. Agora mesmo, estamos ali construindo aquela ponte estaiada que chega junto à Arena; tem a ponte a ser construída, Ver. Brum, da duplicação da travessia do Guaíba; tem o metrô, que está por vir. E, como já disse aqui o Ver. Brasinha, nas grandes obras de reestruturação do Beira-Rio, da Arena e outros, há centenas de trabalhadores que estão vindo de outras partes da Cidade e estão se erradicando aqui. Esses trabalhadores chegam e pegam no pesado na indústria da construção civil.

Então, eu venho, aqui, em nome da minha Bancada, em homenagem ao colega Ver. Adeli Sell e aos trabalhadores da indústria da construção civil, pedir aqui que seja incluída, no Calendário Oficial do Município de Porto Alegre, esta homenagem, que será no dia 4 de maio. Isso não significa nenhuma concorrência com a do dia 1^o de Maio. Todas as categorias, assim como a da construção civil, e outras tantas, têm dias específicos, e nós estamos fazendo esta sugestão, junto com o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras nas Indústrias da Construção Pesada do Rio Grande do Sul, que são milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/12.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pelo Canal 16, venho a esta tribuna encaminhar em meu nome Partido, o PDT, na condição de Líder da Bancada, em nome dos Vereadores Dr. Thiago, Christopher Goulart, Nereu D'Avila, Luiza Neves, Mario Fraga, Del. Cleiton, Cláudio Janta e em meu nome, pois somos favoráveis ao Projeto de Lei, de iniciativa do Ver. Adeli, que foi desarquivado pelo Líder da Bancada do PT, o Engº Comassetto, e que tem por objetivo incluir a efeméride do Dia Municipal dos Trabalhadores e da Trabalhadoras nas Indústrias da Construção Pesada no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. Então já, atentamente, escutei aqui os Vereadores que se manifestaram nesta tribuna, unanimemente favoráveis à iniciativa do Ver. Adeli, e, realmente, percebemos na Cidade uma série de intervenções importantes ocorrendo, transformando a realidade da Cidade, melhorando várias situações, algumas no entorno, outras dentro da Cidade, tais como a BR-448 – Rodovia do Parque, aquela ponte estaiada que já está ali na sua fase de conclusão, que vai funcionar como uma importante ligação para todo o noroeste e nordeste do Estado. Quem pega a Tabai-Canoas vai poder evitar a BR-116 e economizar no mínimo 45 ou 50 minutos não só para sair, mas também para chegar – ali estão os trabalhadores da indústria da construção pesada. E outros exemplos aqui, tais como o “x” da Rodoviária, os viadutos, essas obras de grande porte de qualificação dos estádios e tantas outras que envolvem os trabalhadores e as trabalhadoras e que têm oportunizado essas transformações, especialmente as de qualificação de espaços urbanos na nossa Cidade.

Nesse sentido, nós também queremos nos manifestar pela aprovação do Projeto e também fazer aqui um diálogo com o futuro, Ver. Christopher Goulart. Acho que, sempre que a gente olha para frente, para o amanhã, para aquelas outras situações que estão na agenda positiva da Cidade... A gente quer dialogar aqui também com o metrô, que entendemos que vai ser uma importante obra de ligação da Região Metropolitana com Cachoeirinha, com Gravataí, com Alvorada. Nós entendemos que esse modal de

transporte vem também num momento oportuno. Nós pautamos aqui, Ver. Pujol, um projeto de lei de adensamento em toda essa trajetória ou linha do metrô para que nós possamos também oportunizar moradias no entorno, especialmente das estações do metrô, permitindo ali aquele adensamento. Acho que nós temos que, aproveitando esta Pauta e o Projeto de Lei do Ver. Adeli, trazer de novo essa agenda do metrô para a nossa Pauta aqui e discutir aquele Projeto, toda a linha do metrô, de que maneira a gente pode melhor ocupar o espaço urbano para as pessoas terem direito à moradia. Olha só, hoje, nós, com essa intervenção do aeromóvel, podemos imaginar que um trabalhador que vem lá de Novo Hamburgo, lá de São Leopoldo, Ver. Comassetto, que trabalha – e hoje temos mais ou menos cinco mil pessoas envolvidas diariamente com o aeroporto –, ele pega sua malinha lá em Novo Hamburgo, entra no metrô e vai cair dentro do terminal de passageiros do aeroporto, Ver. Paulo Brum. Olha a facilidade que hoje Porto Alegre agrega ao modal metrô!

Então nós temos esse privilégio de ter a rodoviária no coração da Cidade, de ter o aeroporto a 10 minutos do Centro, de ter hoje essa situação que envolve o catamarã, que envolve a devolução da balneabilidade das águas, e tudo isso graças aos investimentos, a esse afinamento, a essa parceria entre Governo Federal, Governo do Estado e Prefeitura no sentido de trazer este modal importante que será o metrô para a nossa Capital.

Realmente, os trabalhadores e trabalhadoras da indústria da construção pesada escrevem importantes páginas da história da nossa Cidade, e em especial agora, às vésperas da Copa do Mundo, às vésperas da realização dos jogos, que também nos permitiram, é bem verdade, uma reflexão sobre algumas matérias. Há muito a população clamava por uma oportunidade de questionar, tais como questões que envolvem aí a qualidade de atendimento na Saúde, na Educação, e foram às ruas. Talvez seja o momento de refletirmos, mas aqui, casualmente, em Porto Alegre, pelo menos, o nosso estádio onde ocorrerão os jogos é um estádio privado, ali os investimentos públicos não foram feitos no sentido de criar um “elefante branco”; ao contrário, estamos qualificando o entorno; quem passa ali na volta do Beira Rio está vendo a transformação que a Cidade está recebendo no sentido da sua qualificação.

Então, fica aqui este encaminhamento da Bancada do PDT, nesta tarde de hoje, pela aprovação deste Projeto de Lei de iniciativa do nosso então Vereador Adeli Sell, hoje

tramitando e desarquivado por iniciativa da Liderança da Bancada do seu Partido, que vai aqui acompanhado da nossa compreensão pela sua aprovação. Fica aqui este encaminhamento em nome da nossa Bancada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o PLL nº 102/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(17h25min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós temos o Projeto de Lei – PLCL nº 011/13, que faz alterações no Conselho Municipal de Transportes Urbanos em Porto Alegre, está na segunda Sessão. É um tema que vem sendo muito discutido por essa Casa, um tema que vem sendo discutido pela sociedade, pelo povo de Porto Alegre. Nós, que temos, somos uma das poucas Cidades, Capitais do Brasil que tem um Conselho Municipal, temos que atualizar esse Conselho, melhorar esse Conselho, melhorar a forma de atuação desse Conselho e tornar mais transparentes as decisões desse Conselho e as coisas que esse Conselho faz. Por isso apresentamos esse Projeto que tramita na segunda Sessão com as Emendas nº 01 e nº 02. Esperamos que essa Casa discuta e debata bastante esse Projeto.

Temos também o Projeto nº 471 – PELO nº 001/13, que trata de uma alteração na Lei Orgânica do Município, garantindo o acesso aos serviços de saúde 24 horas para o povo de Porto Alegre em todos os dias da semana, em todos os dias do mês, porque a saúde não tem hora, não tem dia, e principalmente, os trabalhadores, hoje quando chegam às suas casas, quando chegam aos seus lares, os postos de saúde no nosso Município estão fechados, os postos de saúde na cidade de Porto Alegre, as Unidades Básicas de

Saúde – não estamos falando aqui em Pronto Atendimento, nas UPAs –, quando o trabalhador chega à sua casa, essas Unidades Básicas estão fechadas, elas fazem o horário bancário. Nós vimos, no decorrer deste primeiro semestre, várias vezes, noticiado pela imprensa, nos feriados prolongados, nos feriados que houve no Município de Porto Alegre, alguns até de quatro, cinco dias, no carnaval, na Sexta-Feira Santa, os postos de saúde fechados, e nós vamos dizer para as nossas crianças e para os nossos idosos que não fiquem doentes; nós vamos dizer para as pessoas que estão há seis meses, um ano, um ano e meio, dois anos, aguardando uma consulta, que essa consulta foi cancelada porque os postos estão fechados? Então eu acho que a cidade de Porto Alegre tem condições de dar esse bem maior.

Ainda hoje, nós recebemos o nosso Prefeito, aqui nesta Casa. Ele entregou a Lei de Diretrizes Orçamentárias e disse que o bem maior do povo brasileiro é a vida. Nós concordamos plenamente que o bem maior do povo brasileiro, que o bem maior do ser humano é a vida, então a vida, em Porto Alegre, tem que estar em primeiro lugar. Nós temos que dar esse acesso à saúde. E a Saúde não se faz só com médicos, a Saúde se faz com um conjunto de profissionais que têm que estar à disposição do povo de Porto Alegre, a Saúde se faz com um bom atendimento, a Saúde se faz com condições. E se para isso tivermos que arrumar mais dinheiro – volto a falar nesta tribuna –, então devemos enxugar a máquina pública, devemos diminuir o número de Secretarias que existem hoje no Município, que é quase o número de Vereadores que há nesta casa, devemos diminuir o número de CCs. E a Prefeitura comprovou que pode diminuir o número de CCs. Somente na quinta-feira já diminuiu um bom número de CCs da Ver.^a Séfora Mota, da Ver.^a Lourdes. Então, pode diminuir muito mais CCs, colocando essas pessoas a trabalhar para o povo de Porto Alegre, colocando esse dinheiro, gasto em CCs, nos 80 concursados da Guarda Municipal, que não podem ser chamados, porque nós não temos dinheiro. Esse dinheiro que falta para a Saúde pode vir na diminuição da estrutura das Secretarias. Cada Secretaria tem um titular, tem um adjunto, é telefone para o titular e para o adjunto, é carro, é uma estrutura de funcionários que poderão estar à disposição da Saúde, poderão estar à disposição da população de Porto Alegre. Se nós cortarmos o número de CCs pela metade e dermos dez CCs para cada Vereador – e nenhum tem isso – e 15 para cada Secretário, nós estaremos cortando pela metade o número de CCs que hoje tem o Município, beneficiando os Vereadores da base aliada que sofrem o seu

pág. 54

desgaste natural por fazerem parte do Governo, sofrem o seu desgaste natural por não poderem fazer muitas vezes o que o povo pede, nem encaminhar, e assim tem que ter essa compensação. Assim como tem que ter a compensação de ver aprovado os seus projetos que são para o bem da população e da Cidade. A Saúde, a Educação, a Mobilidade Urbana dão dignidade para o povo já que a nossa Cidade assinou uma recomendação, um acordo da OIT, firmado entre todos os Governos, patrões e trabalhadores: trabalho decente, com saúde, educação, com os direitos básicos conquistados no nosso Município.

Com força, fé e apoio da classe operária e das suas famílias, esperamos aprovar nesta Casa, após todas as discussões, depois de passar por todas as Comissões, o PELO nº 001/13, que permite o acesso à Saúde das pessoas em Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 16 a 20 de agosto de 2013.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver.^a Any Ortiz, que solicita representar esta Casa e custeio de viagem, no dia de hoje, na cidade de Passo Fundo. O assunto a ser tratado é Políticas Públicas à Juventude.

Apregoo o PLE nº 029/13 que dispõe das diretrizes orçamentárias para 2014.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, não é o meu assunto, mas como o Ver. Cláudio Janta acaba de descer da tribuna, falando dos postos 24 horas, Ver. Dr. Pujol, eu imagino esta Casa lotada, para votar o posto 24h, e eu votando contra. O que as pessoas pensariam? Eu imagino esta Casa lotada, em votação o posto 24h, e eu votando contra porque não temos verba para isso. Imagina eu votar contra, eu que moro lá, no Bairro do posto de saúde de Belém Novo, que tanto luto pelas 24h, uma luta do meu companheiro,

Dr. Thiago. Dr. Thiago, há quanto tempo a gente luta para transformar em 24h a nossa Unidade de Saúde? E o Ver. Cláudio Janta, na boa intenção, quer o posto 24h todos os dias, em toda a Cidade. Mas não era esse o meu assunto. Só imagino essa galeria lotada, e eu votando contra isso. O que as pessoas pensariam? Porque não há dinheiro para isso, é lógico que não há dinheiro para isso, por isso que votaria contra e por isso eu volto a reafirmar, neste momento, que eu moro lá, na rua do posto de saúde, na Rua Florêncio Farias, em Belém Novo, e o que eu mais quero é que aquele posto se transforme em 24h. Mas eu queria falar, Ver.^a Sofia Cavedon, sobre o Orçamento Participativo, que o Governo do Partido dos Trabalhadores criou, o nosso Governo, no início com o Fogaça, continuou, e agora está em pleno sucesso, com o Governo José Fortunati. Nessa última terça-feira, em Belém Novo, com chuva, temporal, dia de inverno, dia de agosto, nós conseguimos credenciar – meu amigo Tônico, que conhece tanto a nossa região – 783 pessoas. Em um dia de inverno, à noite, lá, naquela comunidade, que é tão distante daqui, da Câmara de Vereadores. Estiveram lá os Vereadores Cláudio Janta, Dr. Thiago, Delegado Cleiton, Paulinho Motorista, Eng^o Comassetto e este Vereador. A gente ouviu tanto falar no Conselho do OP e o quanto é importante que seja da região, Christopher, pois os nossos conselheiros lá, Dr. Thiago, foram reeleitos pela terceira vez no OP, vão para o terceiro ano de mandato, e nenhum deles – estou fazendo este elogio – ligado ao meu Partido, ao PDT. Nem tentamos colocar chapa lá porque achamos que o trabalho dele está muito bem lá, na nossa região. Então, dou os parabéns aqui ao nosso Prefeito, ao Orçamento Participativo da nossa Cidade, que continua crescendo, continua tendo, a cada dia, a cada ano que passa, mais pessoas participando. Ainda é pequena essa participação, Ver. Cláudio Janta, talvez devêssemos fazer mobilizações maiores, porque, desses Vereadores, poucos fazem mobilizações para suas comunidades irem lá. Hoje, Ver. Tarciso, tudo passa pelo OP, e as pessoas ainda não se dão conta do quanto é necessário irem lá. E depois, algumas comunidades reclamam por que não chega o asfalto, o saneamento, a habitação. Ver. Márcio Bins Ely, na nossa comunidade, as demandas eleitas foram a pavimentação, saneamento básico, a infraestrutura e, em especial, a Saúde. Nós temos lá um lutador, que é o companheiro Vieira – companheiro Vieira, que não é do nosso Partido, desculpa, Ver. Dr. Thiago! –, ele é uma pessoa presente nos OPs, nas lutas, eu sou obrigado, mesmo que não seja do nosso Partido, eu já falei que os conselheiros não são do nosso Partido, mas é uma pessoa que está

sempre na linha de frente. E a companheira Dona Geni, que trabalha desde que começou o OP, lá do Chapéu do Sol, participa ativamente. Estou relatando isso, Ver. Dr. Thiago, meu Presidente, como exemplo para as pessoas se mobilizarem e irem ao Orçamento. Nós não conseguimos levar as pessoas ao OP. Houve um incremento enorme, Ver. Christopher, no Orçamento, mas, de 1,1 milhão de habitantes, meu amigo Ver. Pirulito, que já participou bastante disso, nós tivemos uma anuência de menos de 30 mil pessoas no Orçamento Participativo. É uma tristeza esse número, por isso que eu estou fazendo um apelo aos Vereadores que tentemos, cada dia que passa, levar as pessoas ao Orçamento Participativo, porque é lá onde tudo começa.

E, para nossa felicidade, Ver. Dr. Thiago – eu não sei se V. Exa. já tinha saído, pois sei que V. Exa. participou desde o início do OP em Belém Novo –, o Prefeito Fortunati disse que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre ganhou na Justiça o direito de colocar os lotações em Belém Novo e na Restinga. Então, essa notícia que o Prefeito Fortunati deu em Belém – acho que eu não tinha falado na tribuna –, volto a falar nos lotações de Belém Novo e da Restinga, se Deus quiser, ainda este ano! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu quero destacar, Ver. Mario, que essa é uma visão dele, a visão de que os lutadores da Saúde naquela região, sem dúvida nenhuma, o Sr. Tadeu, a Carla são pessoas que, efetivamente, participam do Conselho Local e Distrital de Saúde, inclusive a Dona Glaci falou lá, e eu quero destacar essas pessoas. Quero dizer que este Presidente, quando participa principalmente de situações como essa, está representando o conjunto de Vereadores, e não há demérito nenhum o Vice-Presidente conduzir os trabalhos. Por isso eu quero agradecê-lo pelo aparte que V. Exa. fez – eu acompanhei a Sessão de casa – e que, infelizmente, foi malcompreendido por alguns nossos aqui. Vossa Excelência, Ver. Pujol, fez o aparte nesse sentido aqui, naquele dia, e quero agradecê-lo por seu aparte, pelo seu esclarecimento, com sua experiência e sapiência, e que outros Vereadores, certamente pela mocidade – não acredito em má-fé –, não compreenderam essa importante participação da Casa, principalmente nessas duas sessões em que foi discutido o Orçamento Participativo.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhores e senhoras, eu falo em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, nós optamos por não fazê-lo antes para privilegiar da Ordem do Dia, e acho que já nos dá um gancho e uma reflexão importante que quero fazer aqui da tribuna.

A nossa Bancada, pelo trabalho obstinado e minucioso do Ver. Mauro Pinheiro, com contribuições de toda Bancada e da oposição, fez a proposição que foi acolhida por vários Vereadores, para além da oposição, de instalação da CPI relativa à Procempa, porque esse tema não é novo, é um tema que vinha se arrastando. Na CPI no Ronaldinho, nós identificamos importantes distorções, temos elementos fortes de que a Saúde coloca muitos recursos na Procempa, de que a Educação ainda não viu recursos que encaminhou à sua destinação, inclusive recursos do Fundeb, em último momento, no ano de 2011, e, aos poucos, o próprio Tribunal de Contas e o Ministério Público vinham apontando irregularidades. Para o nosso espanto, a Prefeitura de Porto Alegre demorou muito para tomar atitude. Para o nosso maior espanto e escândalo, o próprio Presidente da Procempa, afastado da empresa por irregularidades, foi acolhido em Cargo em Comissão no centro do Governo Municipal.

Ora, nós construímos um requerimento que é fruto dessas pesquisas, fruto desse laborioso trabalho do Ver. Mauro, que já coordenou a CPI do Ronaldinho Gaúcho, e tem 25 fatos determinados, elencados pelo Vereador. Eu quero aqui repassá-los para a população não achar que é uma ação que não foi, de fato, muito importante, porque muitos fatos, infelizmente, não têm a ver apenas com a Procempa, com a nossa empresa de processamento de dados, mas têm a ver com o conjunto da Prefeitura porque ela era utilizada como um grande guarda-chuva.

Antes de ir aos fatos, Ver. Janta, quero fazer minha homenagem à coragem, autonomia e coerência dos Vereadores que eram, que são da base do Governo, do Partido do Governo e que assinaram o processo investigatório, cumprindo o seu papel parlamentar, e que receberam – está público, nos jornais – retaliação específica de retirada, de demissão de cargos comissionados a eles vinculados. Ficam aqui a nossa solidariedade – da Bancada do Partido dos Trabalhadores – e a nossa crítica ao Governo Municipal por agir dessa maneira.

Quero também lamentar porque percebi hoje à tarde, ao tentar votar uma lei singela, uma proposição, uma contraposição do Governo, uma movimentação do Governo contrária a uma legislação, Rochinha, que tenta garantir que todas as escolas – não só as do Município de Porto Alegre, falo para o Rochinha, que é um humanitário – tenham brinquedos adaptados para crianças com deficiência. Vejam os senhores que eu tive que recuar da votação porque seria derrotada em cima de um argumento burocrático, Ver. Mauro Pinheiro. Não quero entender que seja retaliação ao esforço que V. Exa. faz junto à oposição e a Vereadores de situação para investigar problemas sérios de corrupção. A cidade de Porto Alegre, o Brasil, o Rio Grande do Sul assistiu a um junho muito forte, muito vermelho nas ruas, e um dos temas que é ânsia da população do Brasil é o enfrentamento à corrupção. Os jornais deram, a Prefeitura deu que pode ser mais de R\$ 50 milhões o desvio vinculado à Procempa. Então, se esta Casa não elucidar os fatos, não encontrar os responsáveis e não contribuir para investigação, ela tem que fechar! Os fatos estão todos aqui, depois o Ver. Mauro pode falar em Liderança de oposição e tentar nos ajudar. (Lê.): “Fato Determinado 01 – Dispensas indevidas de licitação. [Ou seja, a Procempa era usada para facilitar processos, encurtar processos, com seriíssimos – seriíssimos – prejuízos ao interesse público.] Fato Determinado 02 – Contratação irregular de Cargos em Comissão. [Cargo comissionado já é um cargo político, ainda fazê-lo irregularmente? Imaginem o esforço!] Fato Determinado 03 – Pagamento a maior de diárias. Fato Determinado 04 – Ingerência do Município de Porto Alegre na administração de contratos firmados pela Procempa. Fato Determinado 05 – Falta de fiscalização de contratos. Fato Determinado 06 – Ausência de norma que regulamente os casos, condições e percentuais mínimos para o preenchimento das funções de confiança e cargos em comissão. Fato Determinado 07 – Intermediação irregular de mão de obra. Fato Determinado 08 – Ausência de comprovação de serviços prestados. Fato Determinado 09 – Gastos excessivos em assistência médica, hospitalar e odontológica. [E suspeição em relação aos beneficiados por esses gastos.] Fato Determinado 10 – Despesas em publicidade sem caráter educativo, informativo ou de orientação social. Fato Determinado 11 – Pagamento de despesas de publicidade da Administração Centralizada. [Então, uma empresa paga publicidade da Centralizada, compra materiais para projetos terceirizados, materiais que nunca mais vimos – não é, Ver. Mauro? – do Instituto Ronaldinho.] Fato Determinado 12 – Afronta ao princípio da economicidade. Fato

pág. 59

Determinado 13 – Pagamento de curso de Pós-Graduação para ocupante de cargo em comissão [Pessoa recém-nomeada, imaginem!] Fato Determinado 14 – Pagamento de despesas de publicidade não vinculadas às atividades da Procempa. Fato Determinado 15 – Processos licitatórios sem devida comprovação de ato administrativo. Fato Determinado 16 – Classificação contábil inadequada de despesas. Fato Determinado 17 – Discrepância entre valores gastos em auxílio refeição, auxílio alimentação e valores creditados às empresas.” Imaginem: tu prestas contas de um valor, mas para as empresas foi depositado outro valor. É escandaloso o que temos aqui, não temos tempo para seguir listando todos. Isso é extremamente sério!

O mais grave é que a Prefeitura acolhe o responsável operador disso num cargo comissionado, como a Procempa acolheu todos os envolvidos em corrupção do DMLU, da Prefeitura, todos iam para lá. O que é isso com o dinheiro público na cidade de Porto Alegre?

Então, parabéns à Câmara porque instalou a CPI, que ponha a funcionar, que contribua para a elucidação porque a Prefeitura de Porto Alegre está com graves problemas financeiros. E essa farra de recursos numa Prefeitura que entrou no vermelho já o ano passado é inaceitável. Parabéns, Mauro! Parabéns pelo teu trabalho, honras o mandato parlamentar, a nossa Bancada do PT e esta Casa pelo apoio que tiveste aqui, o que é muito sério e de risco para muitas pessoas. Espero que o Governo não retalie, piorando o resultado desta Casa e incidindo para que não votem importantes disposições só porque são da oposição. Retaliações dessa ordem prejudicam ainda mais a cidade de Porto Alegre e têm responsabilização, que será do Governo Municipal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Tarciso Flecha Negra assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver Tarciso; eu quero aqui, neste momento, fazer a nossa manifestação como Liderança do PTB, agradecendo ao Ver. Cassio Trogildo, ao Ver. Alceu Brasinha e ao Ver. Paulo Brum, que nos concedem este momento

para podermos falar aqui em nome da nossa Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro. Hoje, em um dia especial, faremos referência a respeito do que ontem nós visualizamos no Parcão: uma mobilização, na parte da manhã, uma linda caminhada do Parcão até o Brique da Redenção, do Imama, que tem como Presidente a Dra. Maira Caleffi e como Superintendente a Rosa Maria Rutta, que são as pessoas que idealizaram o Instituto da Mama, que trabalha na conscientização, prevenção e combate ao câncer de mama. Estive, juntamente com minha esposa, na mobilização, uma linda concentração e, depois, uma caminhada até o Parque da Redenção. Eu e minha esposa também estivemos na presença dos Presidentes estadual e municipal do Partido Trabalhista Brasileiro. O Presidente estadual é o Secretário Cezar Busatto, e o Municipal, nosso Secretário Maurício Dziedricki, que é Presidente do Diretório Metropolitano. As mulheres petebistas do PTB Mulher também estiveram marcando presença nesse trabalho tão especial do Imama, que é denominado Caminhada das Vitoriosas, que é a caminhada daquelas mulheres que venceram o câncer de mama através da conscientização, da prevenção e do combate ao câncer de mama. É importante ressaltar que Porto Alegre é a Capital que tem o maior número de mulheres com câncer de mama do Brasil, e o Estado do Rio Grande do Sul é o segundo do País que possui o maior número de mulheres com câncer de mama. Até a primeira fase, quando detectado, o câncer de mama tem 95% de chances de cura.

Por isso, ontem, nessa mobilização das mulheres, de uma forma muito especial, pudemos ver ali muitas mulheres realmente vitoriosas. O Imama estava ali para fazer esse trabalho de conscientização e chamar a atenção para o autoexame, o toque, a prevenção. Realmente foi algo que nos sensibilizou, foi muito marcante.

Quero, em nome do PTB, agradecer a todas as lideranças nas instâncias partidárias que estiveram presentes, e também a todas as mulheres do PTB Mulher que estavam presentes numa marca de apoio ao Imama, que está fazendo um lindo trabalho no nosso Município de Porto Alegre.

Portanto, a manifestação, em nome da Bancada do PTB, é para parabenizar o Instituto da Mama do RS pelo trabalho lindo, magnífico, marcante que tem feito no nosso Município de Porto Alegre. Ontem, estavam ali aproximadamente quase cinco mil pessoas, numa linda caminhada, que teve sua saída do Parcão, pela Av. Goethe, até chegar ao Monumento ao Expedicionário, no Brique da Redenção, um lindo trabalho. Parabéns a

mobilização, parabéns a todas as mulheres e parabéns a todas as vitoriosas que enfrentaram e estão enfrentando o câncer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Tarciso Flecha Negra): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos ouve pela TVCâmara; em nome das oposições, mais precisamente do Partido dos Trabalhadores, a Ver.^a Sofia Cavedon, em Liderança, procura sustentar para a Casa e para a opinião pública em geral a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito requerida por 14 integrante da Casa, relativamente à Procempa e aos episódios a ela relacionados. Cumpre-me o dever de, em nome do Governo – e hoje pela primeira vez falo em nome do Governo, não em nome dos Democratas –, dizer que reconhecemos o direito dos Vereadores em requerer Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o tema que entenderem adequado. Pessoalmente, Ver. Janta, já disse da tribuna que no meu entendimento o requerimento sobre a CPI relativamente à Procempa tratava-se de uma CPI para investigar assuntos que já estão amplamente investigados, tanto que a leitura feita pela Ver.^a Sofia Cavedon fala em fatos apresentados, arrolados na inicial requerida, e consta em relatório do Tribunal de Contas, na manifestação do Ministério Público ou alguma outra situação. O estágio de investigação na Procempa, no nosso entendimento, está vencido, está superado, e queremos agora o andamento das atividades que o Ministério Público, com base na Comissão de Sindicância preparada pelo Executivo Municipal, está a promover, que redundou inclusive na busca e apreensão de documentos realizados na semana que findou e que redundaram inclusive nos episódios tão amplamente discutidos aqui nesta Casa. Não fora, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a Comissão de Sindicância ter levantado situações que no mínimo justificava a remessa dos autos para o Ministério Público, não houvesse esse chegado ao Ministério Público não teria ocorrido intervenção do Ministério Público e por consequência aqueles outros fatos também não teriam acontecido. Então, não há como querer negar que o Governo, nesse particular, cortou a própria carne. Quando nós advogávamos a inadequação da CPI é porque nós, honestamente, estamos convencidos, Ver. Cláudio Janta, de que o que

pág. 62

está se armando aqui é um grande palanque político onde os debates irão proceder. E nós vamos aceitar o desafio, nós vamos participar desses atos políticos, porque, investigação, Ver. Goulart, não tem mais que ser feita, já foi feita. As providências estão sendo tomadas, adequadamente, pelo Ministério Público, e nós confiamos no Ministério Público. Ou será que o Ministério Público só é confiável quando atende a oposição? Quando atende uma solicitação do Governo que corta a própria carne, averigua dentro da sua organização fatos que merecem o exame do Ministério Público, encaminha a matéria por eles, esse Ministério Público que atende essa solicitação do Governo, será que não merece o nosso respeito? Será que o funcionamento de uma CPI, com os holofotes todos voltados para ela, com grandes discursos com nítida conotação oposicionista se desenvolvendo aqui na Casa, não irá prejudicar a própria ação do Ministério Público, que foi eficiente porque não fez estardalhaço? Não fosse os investigados terem colaborado com gestos trágicos de jogar dinheiro pela janela, não haveria divulgação. Porque o Ministério Público não andou, nesse momento, à busca de manchetes. A manchete agora está garantida para essa oposição! Mas nós, que apoiamos o Governo, vamos dividir essa manchete, não falarão sozinhos na CPI. Poderão fazer o que quiserem, mas farão com a nossa permanente vigilância, ali, palmo a palmo, ato a ato. Nós sabemos que corremos alguns riscos, porque, hoje, a capacidade de mobilização dessa oposição, pode gerar – e eu temo que isso aconteça muito em breve – uma nova invasão aqui no Plenário. Vamos correr o risco, vamos correr o risco porque a resistência democrática não pode fazer com que se fique omissos nessa hora. A transformação de uma investigação, criteriosamente, feita pelo Município, acolhida pelo Ministério Público, no meio do palanque eleitoral, é um ato que não merece o nosso aplauso. E, por isso, nós estaremos olhando caso a caso, momento a momento, através dos representantes do apoio ao Prefeito Fortunati, que certamente vão fazer parte da CPI. Ou será que pretendem fazer um convescote só com os 14 que apoiaram a CPI e mais os que eles buscarem na rua para bater lata aqui dentro do plenário? Será que é isso o pretendido? Se é isso, pode ser que alcancem, mas terão que enfrentar a resistência de pessoas que irão se opor a esse desiderato. Nós não acreditamos que a CPI possa averiguar mais fatos do que já foram apurados pela comissão de sindicância. Se eventualmente eles obtiverem, que sejam encaminhados para onde os fatos forem apurados. Não tem outro caminho! CPI não julga ninguém, não prende ninguém, não tira direitos políticos. A capacidade judicial nesses

casos pertence ao Ministério Público, para onde a sindicância já foi encaminhada e onde os resultados não tardarão a surgir, como já começaram a surgir nas operações ocorridas na semana que passou. Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Tarciso Flecha Negra): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ver. Tarciso Flecha Negra, Presidente, Vereadores, Vereadoras, eu fico muito preocupada com a posição do Ver. Reginaldo Pujol que nesta Câmara representa, nossos telespectadores, a Liderança, neste momento, do Governo Fortunati. Estou muito preocupada com três aspectos, Ver. Reginaldo Pujol. Primeiro, com a ameaça, com o argumento de que o Vereador e o Governo estarão vigilantes à CPI, Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Cláudio Janta. Eu gostaria muito que o Governo estivesse vigilante em relação aos corruptos que estão compondo este Governo! Eu gostaria muito que o Governo estivesse vigilante em relação aos R\$ 50 milhões que foram desviados e que são do povo de Porto Alegre! Gostaria muito que o povo estivesse vigilante às verdadeiras quadrilhas que estão tomando conta de determinados espaços no nosso Município, como é o caso da Procempa, Ver. Mauro Pinheiro. Eu gostaria dessa vigilância para recuperar cada centavo que foi roubado do povo da nossa Cidade, que não está na Saúde, que não está na Educação, que condena milhares a esperar na fila dos postos de saúde, que condena poucos recursos para assistência social, porque, é claro, precisa financiar o cabide de empregos, e, nesse caso, gente que está à frente dos órgãos para se locupletar ou enriquecer verdadeiras quadrilhas! Essa vigilância, a tentativa de o Governo abafar as CPIs já vivemos nesta Casa. Já vivemos nesta Casa com a CPI do ProJovem, quando o relatório da CPI, que tinha base majoritariamente governista, foi um relatório chapa branca. E é por isso que elas não dão em nada quando o Governo entra para tentar fazer com que a CPI não dê em nada! Porque, se fizesse uma CPI para investigar, nós teríamos resultado excelentes de CPIs, como foi o caso da CPI das milícias do Rio de Janeiro, presidida pelo Deputado Marcelo Freixo, no Rio de Janeiro, que prendeu 500 milicianos! Nós tivemos o caso do Instituto Ronalinho, da CPI, que

pág. 64

devolveu R\$ 300 mil aos cofres municipais! Mas no caso da CPI do ProJovem, teve um relatório que foi um verdadeiro salvo-conduto para o Mauro Zacher, que agora é Secretário, e foi indiciado pela Polícia Federal! E depois denunciado pelo Ministério Público! Mas nós votamos contra. E, a partir do nosso voto, novas investigações começaram a se processar. Então é muito importante saber qual é, de fato, a posição do Governo. Vai ser vigilante a investigação? Aliás, eu gostaria que os Vereadores estivessem preocupados com o PTB, que segue à frente da Procempa! Porque bem trouxe o Ver. Cláudio Janta aqui, em relação à demissão dos CCs dos Vereadores que assinaram a CPI, o que mostra que dá para demitir CCs, mas me preocupa que eles demitem na operação caça às bruxas. E nós somos contra CCs no sentido de que tem que se valorizar o servidor público, mas não demitem os que estão envolvidos nas maracutaias! Mas que Prefeitura é essa? Este é o debate!

Em terceiro ponto, eu quero falar dos 14 Vereadores e dos que nós vamos fazer bater lata. Primeiro que a Câmara é a Casa do Povo, teoricamente, porque tem Vereadores que, quando o povo chega, ficam louco de medo. Teoricamente a Casa é do povo. Então eu espero mesmo que as pessoas venham à Câmara acompanhar às sessões da CPI, como fazem na CPI da Telefonia, Ver. Cláudio Janta, que preside a nossa CPI, que está produzindo bons resultados para a Cidade, bons debates para a Cidade. Eu espero que acompanhem, porque, senão, nós sabemos qual será a tentativa do Governo: abafar a CPI e não trazer à tona esses tentáculos que estavam na Procempa e que seguiam dentro do Paço Municipal, no Gabinete do Vice-Prefeito! Gente, nós estamos falando de dinheiro voando da janela! Nós estamos falando de arma sem porte de arma! Nós estamos falando de R\$ 50 milhões! Nós estamos falando de contratos irregulares, de ausência de licitação. Nós estamos falando de quadrilha. Quadrilha! Máfia! E aí me assustam essas posições, porque mostram que querem, mais uma vez, vigiar e tentar criar tergiversações em relação à investigação da Procempa!

E digo mais: não são aqueles que querem bater lata apenas os preocupados com os resultados da CPI da Procempa. Eu digo para vocês que eu adoro gente que vai às ruas e que faz mobilização; os tambores, os cartazes da juventude, porque é assim que mudamos as coisas na história! E acho muito estranho gente que vem de Partidos oriundos da ditadura dizer que quem luta contra a redução da tarifa, que quem luta contra a corrupção está ferindo a democracia. Acho muito estranho! Mas, independentemente

disso, aposto como boa parte dos porto-alegrenses estará interessada e acompanhando a CPI da Procempa. Aliás, não tenho dúvida de que todo mundo que acompanhou as notícias no jornal ficou assustado com o grau de corrupção presente dentro da Prefeitura de Porto Alegre. Eu recebi muitos *tweets* nesse sentido, de gente preocupada, assustada, além de indignada com o desvio de recursos públicos.

Mas eu não tenho dúvida de que a forma dessa CPI dar resultados para a população, conseguir a punição dos corruptos, conseguir a devolução desses recursos para os cofres públicos e, sobretudo, desbaratar essa quadrilha, será com a pressão da sociedade, a mobilização da sociedade, a luta da sociedade para que, de fato, consigamos lutar e conquistar justiça.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sra. Presidente, bravos Vereadores que resistem ainda aqui – Ver. Janta, Ver. Reginaldo Pujol, Ver.^a Fernanda, Ver. Christopher Goulart. Ver. Pujol, escutei-o atentamente. Eu gosto de V. Exa., e V. Exa. sabe que o respeito muito pelas suas posições, pois não é daqueles que ficam escondendo a sua posição: V. Exa. defende a sua posição, na maioria das vezes contrárias às minhas, mas não tem vergonha de as defender. Eu vou defender o Governo, e estaremos aqui vigilantes para que a CPI não se torne contra o Governo. V. Exa. tem posição e vai defendê-la, ao contrário de outros que dizem que querem investigar, mas vêm aqui na CPI e a ficam trancando. Então, parabéns pelas suas posições, apesar de contrárias às minhas.

Mas nós estamos falando, Ver. Janta, talvez do maior escândalo da história do Rio Grande do Sul. Até então, o maior era o da Operação Rodin. Agora, a Operação Sete Chaves, da Procempa, com certeza, vai ultrapassar largamente a Rodin. Então, é o maior escândalo da história do Rio Grande do Sul! E aqui os Vereadores da base do Governo querem dificultar, porque querem proteger o Governo ao invés de trabalharem pela sociedade, pela transparência, pela busca dos culpados, para tentar ressarcir os cofres

públicos. Eu acho que a minha função é essa, é isso que eu quero fazer como Vereador. Aquelas pessoas que me elegeram não me elegeram para defender corruptos, ladrões, quadrilheiros; as pessoas votaram nos Vereadores e nos elegeram para trabalhar pela Cidade, pelo povo e para o povo. É isso o que eu quero fazer como Vereador.

Dizer que não sabiam de nada... Eu quero dizer, Ver. Janta, que até o Bacana – até o Bacana – sabia da quadrilha dentro da Procempa. Para quem não sabe, o Bacana é o engraxate que fica lá na Procempa. Até o Bacana sabia! Então, eu acho que nós, Vereadores, temos a obrigação de trabalhar forte por essa fiscalização e elucidar o que aconteceu. Agora, o que não dá mais é o Seu André Imar, aquele que jogou R\$ 46 mil pela janela quando viu a polícia, ser promovido. Saiu da Procempa, e, no outro dia, o Prefeito nomeia ele no gabinete do Vice-Prefeito, no Centro do Paço Municipal. Isso não dá mais! O povo não aguenta mais! É por isso que as manifestações estão nas ruas, Ver. Pujol. As manifestações são porque o povo não aguenta mais este tipo de coisa: acobertar porque é o Governo, porque é o companheiro, porque é o colega... Não dá mais! Nós temos que trabalhar, nós temos que honrar os votos que recebemos. E também dizer que os Secretários não sabiam... Durante a CPI, nós vamos comprovar, mesmo sendo minoria – e vamos ser minoria. Na constituição da CPI, vamos ter dois Vereadores da oposição: eu e a Ver.^a Fernanda. Todos os outros, com exceção do Ver. Bernardino, que é do PSD, serão da base aliada, mas tenham certeza de que os fatos vão ser maiores do que o fato de ser ou não ser do Governo e de que os Vereadores acabarão trabalhando pela elucidação dos fatos. E nós vamos comprovar aqui, Ver. Pujol, que os Secretários – não só os Secretários, como outros – sabiam. E não só sabiam, como vários Secretários do “núcleo duro” do Governo mandaram e participaram ativamente de todas as ações que aconteceram na Procempa.

A Procempa era o centro da corrupção, mas ela não agia sozinha, os seus tentáculos estão entrelaçados em várias Secretarias: Secretaria de Governança, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Saúde... Várias Secretarias têm os seus Secretários envolvidos, e nós vamos comprovar aqui nessa CPI, mesmo sendo minoria. Nós vamos conseguir comprovar isso, eu lhe garanto, Ver. Pujol. A Secretaria de Educação também tinha os seus tentáculos pela Procempa. Então são vários os fatos que, no decorrer do tempo, nós vamos conseguir elucidar.

Quanto ao Ministério Público, ele está, sim, atuando. Está atuando porque já foi acionado diversas vezes por esta Câmara, por Vereadores de outras legislaturas. Eu mesmo tenho várias representações, várias vezes denunciei, e é por isso que o Ministério Público está atuando. E tenho certeza de que essa CPI e esta Câmara podem, sim, fazer um papel fundamental para esclarecer esses fatos, assim como foi feito nas outras duas CPIs das quais eu tive a honra de participar, inclusive, junto com V. Exa., Ver. Pujol, que foi a da Juventude e a do Instituto Ronalinho. Talvez, sim, nós pudéssemos ter ido mais a fundo, pudéssemos ter chegado mais longe, mas, infelizmente, é aquilo que V. Exa. falou: muitas vezes, alguns Vereadores acabam tentando fiscalizar a CPI em vez de participar atuantes, chamando, cobrando, quebrando sigilos bancários, fiscais, telefônicos, porque a CPI tem força para isso, mas acaba não conseguindo porque os Vereadores da base do Governo votam contrariamente a requerimentos dos Vereadores que realmente querem investigar. Mas, com esta CPI, tenho certeza, da forma como está a Cidade... Hoje, com um Governo Municipal que não tem gestão, que não consegue realizar as obras, que está totalmente atrapalhado com as manifestações que acontecem na Cidade, com pessoas indo às ruas, cobrando que querem transparência, que querem o fim da corrupção, eu acho que é a hora de esta CPI mostrar a que veio. Os Vereadores vão acabar trabalhando no combate à corrupção, porque a imprensa vai pressionar, a população vai pressionar, e tenho certeza de que, no final, vamos buscar resultados, que é o que todos esperam: apurar os responsáveis e fazer com que seus bens sejam bloqueados e voltem aos cofres públicos para serem usados corretamente para a Saúde, para o transporte, para a Educação. É por isso que estou aqui nesta Casa, é por isso que vou lutar, e convoco aqueles que também queiram para participar da CPI e fazer isso. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, surpreende-me a modéstia do companheiro Mauro Pinheiro. Ah, Vereador, V. Exa. quer nos dar o título de maior escândalo da América do Sul. Ora, Vereador, que modéstia! Ninguém bate o PT nesse particular, nada vai superar o mensalão! Nem a Vereadora sua companheira de jornada há de concordar

que seja retirado esse título, justamente obtido pelo seu Partido, de ser, de todos os tempos, o maior escândalo financeiro na história deste País. Nisso não há dúvida nenhuma, ninguém vai discutir, Vereador, V. Exa. é muito modesto, e sua modéstia vai ao extremo de nos provocar para dizer algumas coisas.

Com relação ao nosso trabalho conjunto na CPI da Juventude, que também pegou o Instituto Ronaldinho, eu informo a V. Exa. que o meu relatório, aprovado por esta Casa e enviado ao Ministério Público Estadual e Federal, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria-Geral da União, está cumprindo seus resultados. V. Exa. não pense que essas instituições não estão aproveitando os pouquíssimos fatos novos que nós apuramos ao longo da CPI, que se ocupou – V. Exa. foi o maior craque nesse particular – de querer rediscutir coisas que a Polícia Federal já tinha investigado. Ora, é um discurso que para mim é uniforme. O que a Polícia Federal investiga, o que o Ministério Público investiga, eu me declaro, como integrante de uma Casa política e legislativa, sem condição de fazer melhor. Por isso, eu não vou ficar chocado com o fato de lembrar isso. Tive muito orgulho de ser isento, Ver. Janta, numa CPI, onde o seu Partido digladiava, em uma ponta e em outra, e o PT no meio se articulando com aquele que lhe parecia mais favorável. Nós enfrentamos a todos em condição igual e. ao fato de que vieram a nosso conhecimento e que poderia aumentar a investigação já feita pelo Ministério Público e já realizada pela Polícia Federal, nós já encaminhamos tudo às autoridades nacionais e estaduais, disponibilizando todos esses documentos, colocando à disposição. E o que não foi solicitado, nós encaminhamos. Finalmente, nessa antevisão do que será os próximos dias da Casa, eu quero deixar muito claro que essa expressão “Não sabia de nada”, o Brasil já conhece, isso é marca registrada. Não. Não. É marca registrada. Quem está reproduzindo esta colocação, está plagiando. Ver. Mauro, não vamos fazer campeonato de corrupção nessa Casa, não. Seu Partido ganha disparado. Olha, esse nosso Governo não se classifica, fica de fora, dada centenas, além dessa situação publicamente reconhecida, julgada pelo Supremo Tribunal Federal que condenou dezenas de vultos do seu Partido, do seu Governo, além disso, têm outros tantos que vêm aí. Espere V. Exa. o resultado, não se afobe Vereador, o campeonato já foi conquistado. Agora vem um super campeonato, porque ainda vem coisa maior atrás disso, aí vem a quebra da Petrobras, a quebra da Eletrobras, a negociata lá dos Estados Unidos, o dinheiro atirado ao léu na África, na Bolívia, na

Venezuela, Ver. Janta, o dinheiro que falta para o nosso Estado, que falta para o nosso Município. Campeonato garantido! Não há como se impugnar esse resultado, não há como, a faixa já está no peito, a taça já está no armário, e a conquista já foi assegurada. Parabéns, PT, o seu Líder me deu o ensejo de eu lembrar a sua grande conquista, o seu grande campeonato, as suas grandes vitórias, das quais ninguém retirar, eu não vou permitir, campeão da corrupção neste País é o PT e exatamente o PT. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver.^a Fernanda Melchionna. Nós aqui temos vários projetos iniciando a tramitação, projetos que procuram, vejam os senhores, garantir interesse público, garantir a saúde da população, garantir que a população tenha um tratamento inclusivo, como é o caso da área do povo Charrua, um povo indígena que lutou muito por esse espaço no bairro Lomba do Pinheiro.

Ao lado das proposições, que são leis e que deveriam virar direitos e, mas muitas vezes, não acontece, está o nosso papel de vigilância e fiscalização.

Então, neste período de Pauta, quero dizer que a Casa – e a população que acompanha deve saber bem disso –, se não cumprir essas duas funções, a sua tarefa aqui se torna inócua, porque podemos criar uma ilusão de estar normatizando direitos, e estes fugirem pelo ralo no outro lado, no outro processo, que é o processo que descuida do caráter republicano, do uso dos recursos públicos, do uso da nomeação de cargos públicos, da ocupação dos espaços na Prefeitura de Porto Alegre.

Então, Ver. Reginaldo Pujol, não nos serve campeonato de corrupção, não é esse debate que interessa à população. A população olha para a classe política e abomina que um político venha aqui e diga que vai defender o seu governo que abriga corrupto,

quadrilheiro, homens armados, porque os homens que trabalhavam na Procempa tinham armas ilegais em casa, os homens que trabalhavam na Procempa e que estavam nos CCs do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito jogaram dinheiro pela janela, dinheiro espúrio, dinheiro roubado dos interesses dos cofres públicos! Portanto, não nos serve o debate de quem é mais corrupto aqui, poderia fazê-lo e poderia afirmar que sim, os erros do PT foram os mais expostos, porque a mídia tem lado neste País. Mas não é esse o debate, Ver. Pujol. O debate é se a legislação que votamos nesta Casa vira Direito, vira lei, é respeitada por quem está designado pela representação do povo para gerir o que é do povo, que é o orçamento público. Esse é o papel, o que é o Orçamento e o que é norma pública? E quando nós propomos projetos correlatos aos projetos, Ver. Márcio Bins Ely, tem que estar a nossa vigilância, a nossa seriedade, a nossa indignação e a nossa intolerância com a corrupção, com o compadrio, com os processos apressados, frágeis de controle da política pública zerada aqui nesta Casa e do controle dos direitos gerados na normatização que fazemos. E acho, Ver. Pujol – sei que V. Exa. é um defensor disso – que nós não podemos nos apequenar diante do Executivo, porque hoje à tarde, o debate que tivemos diante de um Projeto meu, simples, era burocrático. O Vereador não pode ingerir sobre as ações do Executivo. Uma legislação que hoje prevê brinquedos adaptados nas praças, eu proponha que também preveja brinquedos adaptados para pessoas com deficiências nas escolas. Ora, um Parlamento que acha que isso é um argumento, que o Vereador não pode estabelecer critérios, porque o Município já está botando brinquedo. Ora, que coloque. Adaptados? Não, já está fazendo. Não, se está fazendo, o próximo governo poderá não fazer, poderá essa não ser uma política, poderá essa não ser uma política terminada, poderá ficar no exemplar. Então, quando nós legislamos, nós legislamos para instalar novos modelos, novas culturas, novos procedimentos. E cabe-nos propor, cabe-nos vigiar, cabe-nos priorizar, quando chega aqui o Orçamento – como chegou hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias –, quando chega aqui o Plano Plurianual, quando o Prefeito vai mandar para cá o Orçamento da Cidade e quando as denúncias são feitas nesta Casa, quando o Ministério Público, quando o Tribunal de Contas aponta o mínimo desvio, cabe-nos vigiar, cabe-nos ser os que cobram que seja honrado o que a população deseja.

Eu sei que eu estou na Pauta; eu quero, então, neste último minuto, dizer que eu fiz uma proposição, nesta manhã, na Reunião de Mesa e Lideranças, para que nós possamos

fazer um processo de urgência para acelerar alguns projetos que entraram para esta Casa. Um deles é o que está em Pauta hoje, segunda Pauta cumprida, o projeto que concede a área, na Lomba do Pinheiro, depois de muita luta, ao povo Charrua. O povo Charrua já esteve aqui, à tarde, está revisando o texto. O projeto é do Executivo, portanto o meu interesse é que o povo que está agoniado, que está angustiado, que passa vindo a esta Casa tenha um processo acelerado de votação. Também propus, e quero que seja incluída, Ver.^a Fernanda Melchionna, a Lei dos Artistas Populares, para que eles não aguardem para ter a garantia da sua manifestação – construção da CECE e da CEDECONDH e da autonomia e da luta dos artistas –, que não tenham que esperar até o final do ano para terem a sua lei votada, porque é uma construção com o Governo Municipal. Então, temos que dar conta também dos tempos das urgências da população em relação aos projetos é a nossa tarefa.

Eu encerro dizendo que espero que, até o dia de amanhã, o Governo Municipal honre o que esta Casa construiu com os moradores do Morro Santa Teresa e com o Movimento O Morro é Nosso. Nós votamos aqui uma lei belíssima que consagrou Área de Proteção Ambiental, Área de Interesse Cultural e AEIS para aquele morro, que será emblemático de uma cidade inclusiva e sustentável. Está na mão do Prefeito a sansão até o dia de amanhã, e espero celebrar com esta Casa essa construção da cidade de Porto Alegre, Ver. Márcio Bins Ely. Será que vai ser positivo? Encerro aqui dizendo que esta é a grande expectativa, que o que nós geramos aqui, junto com a população, seja respeitado pelo Executivo. E assim a democracia avança com respeito à cidadania e ao seu protagonismo. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, relativamente à sua manifestação objetiva quando tratou de assuntos da Pauta, nos chama ao debate para dizer que V. Exa. pode contar conosco para discutir o aceleração da tramitação do PLCE nº 008/13, que institui como Área de Interesse Cultural – AIC – os imóveis situados na MZ 08 UEU 066 – Quarteirão 01, na área denominada Aldeia Indígena Charrua Polidoro, localizada na

Estrada São Caetano, nº 2004, caracterizada como propriedade municipal indivisível, institui regime urbanístico próprio e dá outras providências.

O outro projeto a que V. Exa. se referiu, como não está na Pauta, eu não posso me manifestar.

Manifesto-me, sim, sobre dois projetos. Um, de forma sentimental, que é o PLL nº 254/13, de autoria do Ver. Alceu Brasinha, que inclui o evento Semana da Vila do IAPI no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – que institui o Calendário de Eventos de Porto Alegre e o Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre, dispõe sobre a gestão desses Calendários e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, no período entre a última semana de junho e a primeira semana de julho. Esse projeto me leva à minha juventude, na querida Vila dos Industriários, onde estudei por longos anos no Colégio Dom João Becker, presidindo o Grêmio Estudantil por várias oportunidades e tendo marcado toda uma formação, porque a minha transcendência entre adolescência e maturidade deu-se quase que exclusivamente naquele convívio. Então, obviamente, eu hoje me refiro de passagem, porque temos pouco tempo, mas vou colocar-me ao lado do Ver. Brasinha para que esse projeto de lei possa ser transformado em lei o mais breve possível.

De outra banda, Ver. Cláudio Janta, para não perder oportunidade do segundo dia de Pauta, que corre a sua proposição de transformação e de alteração do Conselho Municipal de Transportes Urbanos, eu quero dizer que a proposta de V. Exa. é extremamente instigativa. Há um grande debate, e certamente esta Casa viverá, Sra. Presidente, porque alguns conceitos que as pessoas têm, em muitos dos casos, não ficam adstritos à sua situação momentânea. A discussão sobre a eficácia do art. 59 da Lei Orgânica Municipal é algo que eu tenho sustentado na Casa durante anos e anos que aqui tenho participado. Não será agora, porque estou ocasionalmente com o Governo, que mudarei essa posição. É uma discussão muito boa; a matéria merecerá um debate forte sobre o mérito, mas quanto à capacidade de iniciativa do Vereador, a discussão será muito mais ampla, porque a Procuradoria da Câmara, seguindo a regra, fala em agressão ao art. 94, da Lei Orgânica Municipal, e, com isso, opina pelo existência de óbice jurídico. Esta matéria será, muito em breve, colocada na Comissão de Constituição e Justiça, onde eu estabelecerei uma grande discussão, porque é assunto de relevância não só pelo tema que aborda, que é de autoridade, mas, sobretudo, pelo que ele enseja de discussão em

torno da competência legislativa num País extremamente presidencialista, do mais severo dos presidencialismos, do mais antiquado dos presidencialismos, onde os Poderes, que deveriam ser harmônicos entre si, são superados. Sendo que esse Poder Legislativo é o mais superado de todos, é o mais diminuído, é o mais reduzido na sua capacidade de atuação e de resolução de problemas e de projetos.

Por isso, Sra. Presidente, ao me manifestar em discussão preliminar de Pauta nesta tarde, eu quero me referir, respeitosamente, ao Ver. Cláudio Janta, e isso não equivale, Vereador, uma solidariedade prévia. Como eu disse, o mérito do projeto também há de passar por uma discussão aprofundada. Mas eu não quero é que essa discussão não se instaure em função de a Comissão de Constituição e Justiça ser impedida de ela se transformar num grande debate, que eu acredito que esta Casa tem que fazer em torno da sua própria competência, da regularidade de alguns dos dispositivos da Lei Orgânica do Município e da interpretação desses mesmos dispositivos. O Ver. Márcio Bins Ely, que me ouve nesta hora, é inclusive o Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu tenho absoluta certeza de que poderei contar com a sua solidariedade nesse desiderato, para que nós esmiucemos esse assunto com tamanha profundidade que possa ficar uma contribuição futura para novos embates e novos debates que a Casa haverá de proceder. Muito obrigado, Sra. Presidente, por ter, neste final de Sessão, nos permitir usar desse período dedicado ao exame preliminar dos projetos que tramitam na Casa e de termos enfatizado essa característica, que é extremamente positiva, do projeto de lei subscrito pelo seu companheiro de Bancada, Ver. Cláudio Janta, que vai ensejar esse grande debate que eu estou anunciando. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público das galerias e da TVCâmara, ouvi atentamente o nosso decano, o Ver. Reginaldo Pujol, que, neste período de Pauta, também tratava do projeto de lei do meu colega de

Bancada, Vice-Líder da Bancada do PDT, Presidente de uma importante central sindical, companheiro Cláudio Janta, que, de maneira muito propositiva, em conjunto com os oito Vereadores da Bancada do PDT, conseguiu aprovar uma emenda de mais de R\$ 8 milhões, de sua autoria, ao Plano Plurianual para garantir que os postos de saúde em Porto Alegre possam funcionar 24 horas por dia.

O Vereador propõe, então, uma alteração na Lei Orgânica, garantindo o serviço de saúde 24 horas por dia, todos os dias, em Porto Alegre. Quero cumprimentar o Ver. Cláudio Janta. Hoje, quando o Prefeito Fortunati veio aqui fazer a entrega formal, acompanhado do Vice-Prefeito Sebastião Melo e da sua equipe do núcleo do Governo, os principais Secretários – o Urbano, o Secretário Busatto, o Secretário Bertoncini, a Secretária Izabel –, ele usou um exemplo, Ver. Mauro Pinheiro, traçando um comparativo. O nosso Presidente Thiago Duarte abordou o assunto dos *royalties* do Pré-Sal, e o nosso Prefeito, então, usou o exemplo dos 25% para a Saúde e 75% para a Educação, porque nenhuma criança, nenhum estudante vai conseguir ir à escola se não tiver saúde. Isso foi dito pelo nosso Prefeito Fortunati, e eu acho que, nesse sentido, nós reiteramos aqui, Ver. Janta, esse compromisso do nosso Governo com a Saúde.

Quero cumprimentar V. Exa. por essa iniciativa, que, aliás tem sido e foi uma bandeira da sua campanha e tem sido uma bandeira da sua central sindical, que, sem dúvida nenhuma, vem ao encontro das manifestações das ruas, dos jovens, de todos os que foram clamar por melhoria na qualidade dos serviços públicos, mas, em especial, por melhoria na qualidade dos serviços de Saúde, tanto em nível municipal quanto estadual, e também em termos de União.

Eu quero também aproveitar esta oportunidade porque me parece que o Ver. Idenir Cecchim traz um projeto de lei que tem por pano de fundo trazer ao debate a questão de alturas e restrições de alturas relativas ao entorno do Aeroporto Salgado Filho. Ele protocola um projeto de lei que considera de interesse público as ações que consolidam o cumprimento e a plena aplicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e alterações posteriores. Quero dizer que esse debate vem sendo travado há alguns anos aqui em Porto Alegre. Pelo menos durante os três anos que respondi pela Secretaria do Planejamento, nós tivemos inúmeras situações que dizem respeito ao plano específico do Aeroporto Salgado Filho. Hoje, temos no entorno do aeroporto, uma restrição de alturas que vai sendo escalonada em forma de cone. Sei que esse é um

debate técnico que, para aprofundarmos aqui da tribuna, Ver.^a Sofia Cavedon, nos parece muito rebuscado, eu diria assim. Mas eu quero dizer que nós entendemos a mensagem do Ver. Cecchim, queremos estar junto com ele nesse debate porque é a única maneira de estabelecermos um desenvolvimento respeitando o regramento das alturas que foi estabelecido no Plano Diretor, tendo em vista que foi revogado o plano específico do Aeroporto Salgado Filho. Vamos permitir, então, que as alturas estabelecidas em lei por esses Vereadores – eu testemunhei, estive aqui –, que enfrentaram madrugadas para aprovar esse Plano Diretor, foram até 4, 5 horas da manhã, Ver. Janta, debatendo emendas – foram mais de 400 emendas –, foram duas audiências públicas com mais de duas mil pessoas, associações de moradores, sindicatos; foram contribuições dos fóruns de entidades, enfim, estabeleceu-se uma série de regramentos... É verdade que muitos deles reduziram alturas em vários territórios da Cidade, em vários bairros, mas, no entorno do aeroporto, tendo em vista que foi revogado o plano específico do aeródromo Salgado Filho, as alturas do Plano Diretor, que foram aprovadas por esta Casa, por iniciativa do Executivo, revisadas e aqui endossadas, elas não estão podendo ser cumpridas. Isso está acontecendo por uma argumentação técnica dos engenheiros da Aeronáutica, que não permitem edificações nesse entorno que se afasta do aeroporto em forma de cone. Por questões alegadas de segurança de voo, as edificações, principalmente no entorno do aeroporto, subindo ali a Av. Carlos Gomes, naquela região nobre, onde foi feito o investimento na Terceira Perimetral – e aí a preocupação, acredito eu, do Ver. Idenir Cecchim – estão estancadas. A única forma hoje de se permitirem construções naquele entorno é através do sombreamento, que está previsto em lei, ou através da determinação de que a intervenção é de caráter e de interesse público, ou de interesse coletivo, para o bem da comunidade ou da sociedade. Por isso me parece que o Ver. Idenir tenta enquadrar o Plano Diretor como de interesse público, a legislação que é a espinha dorsal do desenvolvimento urbano, da organização da Cidade, das previsões, das qualificações urbanas da Cidade, que tem a classificação de ocupação intensiva, de ocupação rarefeita e todos os regramentos das radiais, das avenidas, em que se estabelece o regramento de construções e adensamento. O próprio Ver. Reginaldo Pujol tem um projeto de lei de adensamento da linha do metrô. Nesse sentido, eu entendo a preocupação do Vereador. Que bom que nós temos esse projeto tramitando aqui para

trazermos ao debate esta pauta, que é a preocupação com o desenvolvimento da Cidade. Cumprimento o Ver. Idenir Cecchim por essa iniciativa.

Para concluir, porque já se vai o meu tempo, quero cumprimentar mais uma vez o Ver. Mario Fraga, que traz o Programa de Incentivo aos Campos de Futebol Amador. Eu já havia comentado na semana passada e acho que toda e qualquer iniciativa que for para o bem do esporte, da cultura, do entretenimento e do lazer que venha a ser proposta nesta Casa por algum Par deve ser apoiada. Temos visto tantos jovens perdidos na droga, na violência, então, a inclusão social através do esporte e da cultura é algo que deve ser por esta Casa reverenciada. Ficam aqui as nossas considerações ao Vice-Líder do nosso Governo, o Ver. Mario Fraga. Concluo a nossa intervenção nesta tarde de trabalho, que já são quase 7 horas da noite. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado, Ver.^a Sofia; demais Vereadores, público que nos assiste, quero aproveitar este momento de Pauta para falar de um Projeto nosso, o PLL nº 173/13, de minha autoria, que obriga empresas fornecedoras de bens e serviços executados de forma contínua a estenderem aos consumidores cujos contratos estejam em vigor as condições oferecidas para adesão de novos consumidores. Essas empresas de telefonia a cabo, quando fazem promoções com determinadas vantagens por três meses, não dão o mesmo direito àquela pessoa que tem uma assinatura há cinco, seis, sete, oito anos. É justamente para regular isto: toda a vez que for feita uma promoção para os novos assinantes, os assinantes mais antigo, que tem a assinatura há mais tempo, tenham o direito de usufruir também dessa vantagem. Não é admissível a pessoa que está lá há 10 anos, pagando a sua conta mensal de R\$ 180,00, R\$ 200,00, e um novo contrato começar a pagar R\$ 39,90, R\$ 19,90. Eu, que sou cliente antigo, o senhor e a senhora que estão em casa, que são clientes antigos, há 10 anos, têm que pagar R\$ 200,00. Então, se tem como fazer uma promoção para os novos, que seja estendida para os antigos assinantes também.

Além disso, a forma como são tratados os clientes. Hoje se faz tudo por telefone. Nós queremos que, mesmo que se faça por telefone, posteriormente, a empresa mande ou por *e-mail* ou por correspondência para o cliente dizendo quais os serviços que foram contratados e quais os valores. Temos recebido muitas reclamações de pessoas que fazem um contrato e depois aparece o que não foi contratado. A pessoa não tem como comprovar e acaba pagando mais do que contratou.

Nós queremos regulamentar esses serviços prestados, principalmente os marcados por telefone para que as pessoas possam ter controle sobre isso.

Quero dizer ao Ver. Janta que terá o apoio da nossa Bancada para os postos 24 horas. Não dá mais para as pessoas ficarem à mercê da sorte. Se o Secretário de Saúde tem dinheiro, se a Saúde tem dinheiro para patrocinar livro, gastar R\$ 1 milhão com livros que poderia pegar no Ministério da Saúde, então tem dinheiro para botar médicos nos postos de saúde. Se tem corrupção de R\$ 50 milhões na Procempa, com certeza, se sanar um pouquinho a sangria do dinheiro público, vai dar para pagar os médicos e poderemos bem atender à população. Acho que a população quer isso, não quer um milhão em livros para serem distribuídos em escolas, um livro do amigo. É muito melhor botar médicos nos postos de saúde, que eu acho que vai fazer um bem melhor para a sociedade.

Também quero dizer, Ver. Pujol, rapidamente: quando falo na corrupção, é a maior da história do Rio Grande do Sul. Agora, se o senhor quiser falar do Brasil e da América do Sul nós poderíamos falar do metrô de São Paulo, dos tucanos lá em São Paulo, porque parece que lá é bem grande e aí seria muito dinheiro. Acho melhor nós ficarmos cuidando de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, que é nossa terra, e o nosso dinheiro está saindo pelo ralo. E eu acho que o senhor também vai querer cuidar, porque o seu eleitor quer saber para onde vai esse dinheiro.

Obrigado àqueles que ficaram até quase as 19 horas. Quero mandar um abraço ao Ver. Janta, Ver. Pujol, Ver.^a Sofia, que ainda estão aqui discutindo a Cidade, e um abraço ao telespectador que está nos assistindo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Encerramos o período de discussão preliminar de Pauta. Agradeço à presença de todos. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h50min.)